

TRINCHEIRAS

Revista de cidadania ativa

TEMER, O
EXTERMINADOR
DO FUTURO



ibase.
ahat

5ª edição,
julho de 2016

Navegação nativa

Preparamos algumas dicas que facilitarão a sua leitura para você não perder nenhum detalhe da Trincheiras.

Para ver todas as matérias da revista, clique no centro da página e no ícone do Sumário, que fica no topo ou na base da página em miniaturas.

Caso queira marcar uma página importante que está lendo, é só clicar na bandeira posicionada no topo. Ela ficará vermelha assim que for clicada.

Para ver todas as suas marcações, vá lá no ícone do sumário.

Se quiser fazer uma pesquisa de palavra no texto, clique na lupa que fica no topo e digite o que busca. Você vai achar todos os textos que contêm o que foi pesquisado.

Para aumentar o brilho da tela, vá no ícone parecido com um sol no topo e escolha a luminosidade mais confortável para você.

Como navegar pela Trincheiras

A navegação pela revista segue o sentido horizontal. Para ler a matéria e ir para a próxima, deslize o dedo da direita para esquerda.

Ícones e interatividade

Se encontrar algum desses por aí, pode tocar que tem conteúdo extra pra você.

Impressão

Para ter a versão impressa, basta tocar aqui



Conteúdo extra



Interação com mapa



Use fones de ouvido



Texto em outra língua



Observação



Galeria de fotos



Fim do texto

Sumário

07	Entrevista: A Voz dos estudantes	13	Memória: Edson Luís vive	18	Perfil: Paulo Freire
21	Debates: Três faces do desemprego	38	Reportagem: Jogos da Exclusão: um legado negado à cidadania	46	Conjuntura Nacional: Brasil: Democracia aprisionada
56	Conjuntura Internacional: Curdos: o povo mais antigo e a mais antiga civilização sem Estado do Oriente Médio	67	Indicadores de Cidadania: Esporte e cidadania jogando no mesmo time	72	Caleidoscópio: Dicas de publicações, campanhas, filmes e outros produtos e atividades

Expediente

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Rua Senador Dantas, 40 | Centro | Rio de Janeiro | 20031-203
Tel: (21) 3528-3535 | comunicacao@ibase.br | www.ibase.br

Equipe de Comunicação

Martha Neiva Moreira – Coordenação
Ana Redig – Edição
Pedro Martins – Reportagem
Projeto gráfico e diagramação – Estúdio Sopa
Revisão – Clarissa Penna

Conselho Editorial

Ana Redig
Cândido Grzybowski
Claudius Ceccon
Cleonice Dias
Marcia Florêncio
Mario Osawa
Martha Neiva Moreira
Nahyda Franca
Regina Novaes
Rita Correa Brandão
Robson Oliveira

Apoio



EDITORIAL

Ana Redig

Editora



Foto: Rodrigo Miguez

Quando pensamos no Brasil, hoje, a palavra que vem à mente é insegurança. Desde que o governo interino assumiu, o brasileiro tem vivido momentos de intensa incerteza e precariedade. Como destaca o sociólogo e diretor do Ibase, Cândido Grzybowski, na seção **Conjuntura Nacional**, “estamos mergulhados numa crise política em que a escolha legítima da cidadania em eleições majoritárias é desqualificada

em nome da legalidade de um processo de impedimento da presidenta eleita.”

Ministros assumem e deixam suas pastas em questão de horas, pressionados por acusações de corrupção. Medidas são tomadas apressadamente, visando atender às demandas econômicas neoliberais, sem qualquer conexão com as demandas da sociedade. Direitos, a muito custo conquistados, vêm sendo retirados a canetadas, de cima para baixo. É verdade que a sociedade tem se manifestado, protestado e lutado, em muitas frentes, conseguindo reverter algumas situações, até ilegais, como foi o caso da exoneração – já revertida – do presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

Na Educação, preponderam as dúvidas. Bolsistas de mestrado e doutorado, além de participantes de iniciativas de sucesso, como o Ciências sem Fronteiras, por exemplo, não sabem se poderão continuar seus estudos, pois os recursos estão sendo cortados sem qualquer explicação. No estado do Rio de Janeiro, declarado falido há alguns meses, o Ensino Médio parou.

Trincheiras visitou várias escolas ocupadas e trouxe para a **Entrevista** duas lideranças para esta edição: Samara da Paz, de 15 anos, estudante do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, no Largo do Machado e Roberta Barcelos, de 17 anos, aluna do Colégio Estadual Euclides da Cunha, em Teresópolis. Elas contam o estado em que encontraram as escolas, falam sobre a importância de reconstruir o local de ensino como um espaço dos alunos, e sobre a educação que desejam para si e para a juventude.

E como falar de ativismo estudantil sem lembrar de Edson Luís, estudante secundarista assassinado pela Polícia Militar, em 1968? Este é o tema da seção **Memória**, assinado pela antropóloga e associada do Ibase, Regina Novaes. Paulo Freire, maior mestre da Educação do país, estaria orgulhoso e feliz com o movimento dos estudantes. O **Perfil** desta edição é dedicado a ele.

O desemprego, crescente desde 2015, não indica qualquer sinal de melhoria no horizonte e, pela direção que a equipe econômica do governo interino vem tomando, as medidas de transferência

de renda tendem a terminar. Na seção **Debate**, o economista e pesquisador do Ibase, Fernando Amorim, analisa o quadro geral do desemprego no país e a jornalista Juliana Fernandes Câmara, da Action Aid, destaca o caos deixado em Pernambuco, com a construção do Complexo Industrial Portuário de Suape. “As indústrias e o porto estão lá, mas o desenvolvimento prometido com o início da construção da Refinaria Abreu e Lima, do Estaleiro Atlântico Sul e da Petroquímica Suape, em 2007, ainda não chegou”. Outro olhar sobre o desemprego é a falta de capacitação. Martha Neiva Moreira, coordenadora de Comunicação do Ibase, mostra como o acesso ao direito ao ensino técnico e profissional vem sendo violado na área do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). “Segundo os dados apurados pelos Indicadores da Cidadania (Incid), a garantia do direito à formação da população por meio da oferta de ensino técnico

e profissional ficou muito aquém da crescente demanda provocada pela instalação do Comperj na região, revelando a incapacidade do poder público de prover condições de acesso ao mundo do trabalho para populações que teriam total condições de ocupar estes postos de trabalho com preparação adequada”, observa a jornalista.

Os Jogos Olímpicos, pelo qual os governos municipal, estadual e federal tanto lutaram e que deveriam deixar um legado incrível para a Cidade Maravilhosa, decepcionou em todas as direções. Uma bela ciclovia, construída ao longo do litoral carioca desabou com as primeiras ondas fortes, matando duas pessoas. A obra custou R\$ 44 milhões e durou três meses. Mais de 22 mil famílias foram removidas sob a alegação de implementar obras viárias e corredores de transporte; instalar equipamentos esportivos; ou por causa das obras de reconfiguração urbana da zona portuária e ditas de risco ou interesse ambiental. O transporte, que deveria estar pronto e integrando a cidade toda, não estará adequado e a contento nem para o público que pagou ingressos, imagine para os cariocas. Ao contrário de um legado para a cidade, o que se viu foram violações de direitos e o desenvolvimento de um projeto voltado para atender os interesses do capital. Este é o tema da **Reportagem** deste número da **Trincheiras**, a revista de cidadania ativa do Ibase.

A **Conjuntura Internacional** trata de uma realidade pouco conhecida do público brasileiro. Yilmaz Orkan, membro do Congresso Nacional do

Curdistão, conta, em um texto muito bem fundamentado, a história do povo curdo e como eles vêm criando uma nova forma de gestão: o governo autônomo. Yilmaz esteve no Ibase no fim do ano passado, quando visitou algumas instituições ligadas aos direitos humanos para divulgar a causa do povo curdo e só agora pôde compartilhar conosco esta história. Durante o processo, seu irmão e sobrinho foram mortos por causa dos conflitos na região.

Apesar da conjuntura para lá de adversa como a que vivemos hoje, é renovador poder sentir, nas ruas e nas redes sociais, a força e a capacidade de movimentos feministas e LGBT de incidir no debate público, bem como a luta contra o racismo, que ganhou novo fôlego. A revista **Trincheiras** é parte deste caldo de resistência que surge em várias faces dos direitos: transporte, moradia, educação.

Boa leitura! ♥

ENTREVISTA

A voz dos estudantes

Ana Redig

Jornalista, editora da Trincheiras

Desde o dia 2 de março os alunos das escolas estaduais estão sem aula no Rio de Janeiro devido à greve dos professores. Já acostumados com reposições apressadas e aprovações automáticas, os alunos do Ensino Médio decidiram apoiar a greve de forma diferente: ocuparam as escolas, em vez de aguardar a decisão do governo. O primeiro foi o Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, na Ilha do Governador. Em junho já eram mais de 70 escolas ocupadas em todo o estado. O *Ibase*, em parceria com a Ação da Cidadania, visitou algumas dessas ocupações em vários bairros da capital e em outros municípios, como Magé e Teresópolis. Levamos alimentos doados, livros e cartilhas e promovemos um cine-debate com o filme *Betinho*, a esperança equilibrista, de Victor Lopes.

Nos diferentes colégios que visitamos, a situação encontrada foi a mesma: uma série de direitos adquiridos e garantidos por lei sendo descumpridos. Livros didáticos empacotados não entregues aos estudantes; salas de informática, laboratórios de química e quadras de esportes trancados, inacessíveis aos secundaristas. Em algumas escolas, os



Samara da Paz (à esquerda) e Roberta Barcelos (acima) e a verdade sobre as ocupações.

estudantes sequer sabiam que eles existiam. Ao ser questionada, a Secretaria de Estado de Educação respondeu que “é importante definir em qual(is) escola(s) existe tal situação [...], para a devida apuração e ação”, dando a entender que a Secretaria desconhecia o fato. Ao nomear as cinco escolas nas quais testemunhamos essa falta de acesso aos equipamentos, a Assessoria de Comunicação não enviou qualquer resposta até o fechamento desta edição.

Os jornalistas Pedro Martins e Martha Neiva Moreira entrevistaram duas representantes dessas ocupações: Samara da Paz, de 15 anos, e Roberta Barcelos, de 17 anos. Samara cursa o primeiro ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, que fica no Largo do Machado, no Rio de Janeiro, e Roberta está no terceiro ano, no Colégio Estadual Euclides da Cunha, em Teresópolis. As duas participam da ocupação de suas escolas há um mês, mesmo depois que uma decisão judicial obrigou a cessão de parte das salas para que professores que não aderiram à greve pudessem dar aulas.

TRINCHEIRAS – Seus pais apoiam sua escolha de participar da ocupação?

Samara – Meus pais são separados e meu pai vive no México. Eu moro com a minha mãe, que ficou com o pé atrás no início, mas ela confia em mim e apoia a minha decisão. Eu sempre gostei de aprender, mas na escola a gente acaba se desinteressando, porque o ambiente não é nosso, é tudo muito fechado. Você chega, fica sentado numa cadeira e vai embora, é só isso que a escola oferece. Então não me interessava tanto, nem eu nem os outros alunos. Por isso a gente está na ocupação, tentando mudar isso. E minha mãe entendeu.

Roberta – Eu sou de família pobre mesmo. Minha mãe é empregada doméstica e meu pai trabalha com reciclagem, por isso acho que a gente tem que lutar pelos nossos direitos. No início meus pais não me apoiaram, mas eles sabem como eu sou: quando boto uma coisa na cabeça vou até o fim. E a luta não é só minha, é por todos nós. Eu estou no terceiro ano e sei que nem vou aproveitar nada, mas a próxima geração e as próximas pessoas vão, e isso importa muito para mim.

TRINCHEIRAS – Por que você decidiu participar da ocupação da sua escola?

Samara – A greve dos professores foi a motivação para a gente ocupar o colégio. Desde o ano passado eu vinha pensando o que a gente podia fazer para apoiar a greve deles de alguma forma e também lutar pela escola. Quando teve a proposta de ocupação eu me identifiquei muito. Fiquei no primeiro dia para ver como seria, achei tudo bem organizado e, assim, eu continuo vindo.

Roberta – Eu já milito há algum tempo. Vou muito às reuniões na Secretaria de Estado de Educação, tanto que eu estava lá quando a Seeduc foi ocupada. Eu sempre estou nos atos do Rio de Janeiro e de Teresópolis.

TRINCHEIRAS – Como funciona a ocupação na sua escola?

Samara – No início a gente se dividiu em comissões, mas agora todo mundo faz tudo. Eu sou da Comunicação e também limpo, ajudo a fazer comida. Aqui no Amaro Cavalcanti a população tem apoiado muito a gente com doações e propostas de atividades. Tem gente que traz comida e tem gente que mora ou trabalha perto que vem dar aula, palestra, qualquer coisa que seja interessante para nós. Eles oferecem, a gente marca e faz as atividades. Temos aprendido bastante!

Roberta – Na Euclides da Cunha também fizemos comissões que funcionam até hoje: cozinha, limpeza, segurança. Temos mais garotas na ocupação do que garotos, mas não tem essa de machismo. Eles têm arrumado, limpado, feito comida. Todo mundo acorda no horário certo, faz e toma café, arruma e limpa a escola, faz as

oficinas. Pessoas que nos apoiam têm vindo aqui para oferecer oficinas e “aulões” de Física, Química, Biologia, História, além de vários debates que estamos promovendo, sobre sociologia e história, prostituição e o mercado pornô, temas que consideramos importantes. Agora, por exemplo, estamos organizando um debate sobre a cultura do estupro.

TRINCHEIRAS – Como vocês encontraram a escola e o que já foi transformado por vocês?

Samara – Desde o primeiro momento a gente vem sentindo diferença até na energia do lugar. O Colégio Amaro Cavalcanti é um prédio fechado, escuro, cheio de grades, onde o aluno fica preso, estuda e vai embora. Como a fachada do prédio é tombada, a gente entra por um pátio, tem uma grade enorme, com uma portinha, e um porteiro que controla a nossa entrada. Passando pela porta, tem um corredor estreito bem comprido. A gente vem para uma prisão, e não para uma escola. Agora nosso colégio é um lugar onde a gente se sente livre porque a gente tem voz em tudo. Essa é a maior diferença.

Roberta – Uma parte do prédio estava toda descascada. A gente fez o reboco, pintou, limpou a escola toda, que estava muito suja, porque não tinha limpeza diária – só agora a gente sente cheiro de limpeza –, várias câmeras de segurança não funcionam, tem muita telha quebrada, e a gente está conseguindo resolver isso aos poucos. A escola é maquiada. Quem olha de fora acha o prédio lindo, mas o estado quer sucatear a gente, e não é de agora, porque o intuito é privatizar a educação. Assim, quem não for para o ensino privado vai passar como analfabeto funcional, sem capacidade de ler, interpretar, criticar, pensar a sociedade. Tanto que eles privavam a gente de aulas de Sociologia e de Filosofia. Eles querem nos afastar do pensamento.

TRINCHEIRAS – Por que vocês acham que isso acontece?

Samara – Hoje nós entendemos que esse problema é histórico. A escola era para o aluno aprender disciplina, em função do futuro trabalho. A gente passa anos e anos sentados na cadeira, copiando coisas, para se

“Agora nosso colégio é um lugar onde a gente se sente livre porque a gente tem voz em tudo.” **Samara da Paz**

acostumar a fazer isso para sempre no trabalho, ou seja, num escritório ou numa fábrica, e não o que a gente decide fazer. Eles não querem que a gente mexa o nosso corpo, não querem “agitar” os alunos. Se eu quiser fazer dança um dia eu não vou ter nenhuma base, não aprendi nada disso no colégio; nem vou saber se gosto ou não. Se não conheço, nunca fiz uma aula, como posso escolher? O colégio podia ter teatro, dança, música, vida! Nós temos um auditório enorme, que era usado para armazenar livros didáticos aos quais não tínhamos acesso, como também não tínhamos acesso ao auditório.

Roberta – Tudo relativo à cultura nos é negado – dança, teatro, música, canto, tudo que envolve a criação de uma pessoa. Colégio é muito mais do que aprender Português e Matemática, a escola é para aprender a cultura geral. Queremos a cultura dentro da escola. Para isso temos que ter material gratuito para outras atividades, como TNT, cartolina, cola etc., porque as estudantes do Normal têm que bancar isso do próprio bolso! A liberdade para que os professores possam optar por dar aulas práticas, e por seus próprios meios. A gente aqui nunca foi ao Rio de Janeiro e fica sem acesso à cultura, que só tem lá.

TRINCHEIRAS – O que mais espantou vocês ao ocupar a escola?

Samara – Temos uma sala de Informática que nunca é usada. Nossa biblioteca é um monte de livros

“Espanta saber que temos tudo, salas e laboratórios montados, mas a gente não pode usar.” **Roberta Barcelos**

fechados numa sala. O laboratório de Química era tão escondido que tinham colocado um pano no vidro das janelas para os alunos não verem o que tinha dentro. Lá também encontramos dois pianos, junto com um monte de livros, esperando o cupim comer. Por que não entregaram os livros? Será que eles estão sendo guardados aqui e enquanto alunos de outras escolas estão precisando deles? Será que é só uma questão de logística, porque eles obrigam os pais a buscar os livros e nem todos podem? São alunos do Ensino Médio, afinal, que já tem responsabilidade para isso!

Roberta – Espanta saber que tem tudo que eles diziam que não tinha por falta de dinheiro: salas e laboratórios, está tudo lá, mas a gente não pode usar. Isso acontece em quase todas as escolas. Eu estudo na Euclides da Cunha há três anos e, apesar de termos laboratório de Informática, eu só tive acesso a ele uma única vez. A quadra de esportes ficou quase dez anos em obras e agora que ficou pronta a gente só pode usar durante as aulas de Educação Física. Queremos a quadra aberta, queremos jogar no recreio, queremos reativar a banda da escola.

TRINCHEIRAS – Qual é a escola dos sonhos de vocês?

Samara – Já conquistamos o primeiro ponto, que é a eleição direta para diretor. No Amaro Cavalcanti o diretor não é participativo, sei que em muitos outros colégios eles

também não são. Com a eleição direta, o diálogo deve ser mais fácil, os alunos e suas vozes poderão ser ouvidos dentro desse colégio que a gente nunca sentiu como sendo nosso. Falta muito para ser a escola dos sonhos, mas hoje o pessoal da ocupação tem um amor pela escola que não tinha antes. Vários já disseram que nunca mais vão rabiscar a carteira, a gente adquiriu um cuidado diferente. Mas, com certeza, não é nada parecido com esse *regime semiaberto* que a gente viveu até hoje.

Roberta – Na escola dos meus sonhos os alunos não seriam tratados como presidiários, com salas cheias de grades. Seria uma escola livre, sem tantas regras para moldar você, como roupa, comportamento, um lugar em que você pudesse conversar com o seu diretor de igual para igual, não como se ele fosse uma celebridade e o aluno, inferior. Um lugar onde o aluno seja respeitado e os professores não se sintam acima dos estudantes. A escola deveria ter cultura, teatro, arte, música e uma educação de qualidade, laica. A religião é importante, mas é uma escolha individual, cada um pode encontrar seu caminho em seus lugares de fé, não na escola. Quero uma escola que me prepare para competir com um aluno de escola particular de igual para igual.

“A ocupação me trouxe mais liberdade, mais luta e muita resistência.” **Samara da Paz**

TRINCHEIRAS – O que você leva dessa ocupação?

Samara – Eu sou uma pessoa que já resisti dentro do colégio, que já enfrentei a polícia quando ameaçaram desocupar o colégio, a ocupação me trouxe mais liberdade, mais luta e muita resistência. É bom sentir o apoio da população, porque é tanta gente que dá a certeza de que estamos fazendo o certo e de que é uma luta justa – por isso as pessoas apoiam, e isso é muito, muito bom! A gente também quebrou muitos preconceitos – não pode isso, não pode aquilo, decote, tamanho de short e de saia –, cada um sabe de si. Os homens da escola e da ocupação têm que respeitar as mulheres, os gays, todo mundo, e estão respeitando. A ocupação também acabou com a bobagem de gay, lésbica e tudo mais. A gente estabeleceu um banheiro unissex, que a gente divide com todo mundo, que nem em casa. Fizemos debates sobre isso e a gente aprendeu a conviver e a ver o quanto são todas pessoas legais. A sociedade é que impõe o preconceito para a gente. nunca mais vão rabiscar a carteira, a gente adquiriu um cuidado diferente. Mas, com certeza, não é nada parecido com esse *regime semiaberto* que a gente viveu até hoje.

Roberta – É uma experiência muito intensa para uma menina da roça do Rio de Janeiro. Antes a gente só via egoísmo, queria passar logo, acabar tudo e fim. Agora eu vejo diferente. Eu vi o peso que é as “tias” da cozinha limparem a escola toda, porque o estado não quer pagar uma equipe de limpeza. Eu vi a dificuldade que é tomar conta de um portão, especialmente à noite. Eu vi o que é o governador e o secretário negarem voz para a gente. Eu vi as autoridades terem medo da gente, a ponto de tentarem nos oprimir. Não vão conseguir, porque nós somos a voz do povo. Como pessoa, me fez crescer. Nunca tinha visto um policial bater numa mulher, como vi agora, nunca tinha vivido esse tipo de absurdo.

TRINCHEIRAS – Como vocês imaginam que será quando as ocupações acabarem?

Samara – Mesmo sem ocupação, o movimento não vai acabar. A gente conquistou voz e não vai mais se calar. Eu não tenho mais medo de desafiar o diretor se eu vir que tem alguma coisa errada no colégio. Isso foi uma coisa que o movimento Ocupa me mostrou. A escola é minha, eu tenho direito de reclamar se eu achar que está ruim e o diretor tem que arranjar um jeito de mudar. O colégio é nosso. Por exemplo, tem tudo novo no laboratório de Química e a gente não está usando, mas quando as aulas voltarem, o

“Eles privavam a gente de aulas de Sociologia e Filosofia. Eles querem nos afastar do pensamento.” **Roberta Barcelos**

pessoal da ocupação vai continuar a trabalhar e engajar os outros estudantes. Se a gente quer aulas melhores, mais dinâmicas, tem que ter. Se a gente quer usar o laboratório de Química, a gente vai usar; o laboratório de Informática, a gente vai usar. É a voz dos alunos que tem que exigir isso.

Roberta – Estamos aqui para melhorar a escola e lutar pelos nossos direitos, como fez o Betinho e todas essas pessoas que participaram da Ação da Cidadania. Ainda temos uma longa pauta de lutas. O passe livre é fundamental para que os professores possam levar a gente para ver as coisas, em vez de só contar, ou usar só o livro. O fim do currículo mínimo e da terceirização dos funcionários das escolas são pautas estaduais. Localmente, a gente precisa, por exemplo, que a secretaria funcione mais de uma vez por semana. Queremos amplo acesso e exposição das contas do colégio a todos os alunos, esclarecimento da situação dos aparelhos de ar condicionado, muitos quebrados, sem manutenção. Queremos representantes dos alunos no Conselho de Classe. Queremos merenda no recreio, ficamos sem comer de 7h30 até 12h20. E queremos debater o cardápio com um(a) nutricionista, além de pessoas especializadas para lidar com muitos alunos que sofrem de depressão, ansiedade, TDH etc. A lei também garante espaço para alunos que têm filhos, mas não temos isso. Além disso, temos espaços ociosos onde poderíamos fazer uma horta, que seria usada em aulas de Biologia, Química, e a gente ainda poderia comer comida saudável, cultivada aqui.

Temos uma quadra maravilhosa, mas não fazemos jogos internos, nem entre as escolas. Além disso, as normalistas pedem uma bolsa, pois o estágio obrigatório, além de as impedir de trabalhar em outro lugar, ainda gera gastos para elas com material, cópias, pastas, tintas etc. ♥

“Estamos aqui para melhorar a escola e lutar pelos nossos direitos, como fez o Betinho e a Ação da Cidadania”. **Roberta Barcelos**



Foto: Memorial da Democracia

MEMÓRIA

Edson Luís vive

Regina Novaes

Antropóloga, associada do Ibase

De maneira geral, quando se fala em memória do movimento estudantil, apenas os estudantes universitários aparecem como protagonistas. No entanto, os secundaristas lutaram por suas reivindicações específicas e, também, participaram de lutas mais gerais voltadas para a construção da democracia.

Revisitar o passado ajuda a compreender e agir no presente. Saber mais sobre este

assunto é muito importante hoje quando jovens do ensino médio ocupam escolas, em várias cidades brasileiras, reivindicando melhores condições para aprender e conviver em espaços educacionais públicos.

Nas próximas linhas vou relembrar alguns aspectos do movimento secundarista em momentos anteriores ao regime militar iniciado em 1964. Vamos falar dos anos de chumbo, destacando a figura de Edson Luís Lima Souto, estudante secundarista assassinado em 1968 pela Polícia Militar. Por fim, comparando passado e presente, ficam questões para a reflexão sobre o direito à escola pública de qualidade no Brasil do século XXI.

O que nós queremos?

Segundo a historiadora Maria Paula Araújo (2007), já nos anos de 1930 começaram as lutas pela meia passagem de ônibus e meia entrada de cinema. Os estudantes faziam campanhas em que iam para as ruas em grupos: os da frente perguntavam: “O que nós queremos?” e os de trás respondiam: “50%”.

Ao longo da década de 1940, além dos grêmios escolares, também se constituíram as uniões municipais de estudantes secundaristas. Como eram poucos os colégios públicos que tinham “curso secundário” (dividido na época entre normal,

científico e clássico) estas uniões também lutavam contra o aumento de anuidades e taxas escolares nas escolas particulares.

Mas, a bandeira mais geral ainda era a meia entrada e a meia passagem. Araújo (2007) chama a atenção de como eram criativos os estudantes secundaristas. A autora transcreve um trecho de entrevista com Dyneas Aguiar, na época presidente da União dos Estudantes Secundaristas Paulistanos, em que ele conta como a “fila boba” se transformou em uma estratégia de luta pela meia entrada (que ainda não existia).

“Era assim: do Largo Paissandu até a Avenida Ipiranga (centro de São Paulo) havia uns oito cinemas, frequentados por pessoas que iam de chapéu, de vestido longo, todos bem arrumados. O cinema era um acontecimento, principalmente nos sábados e domingos. Nós organizávamos a ‘fila boba’, assim: 50 ou 60 estudantes ficavam na fila da bilheteria pedindo meio-ingresso. Com isto, todo mundo perdia o começo do filme, ninguém entrava na sessão das oito. Depois ninguém entrava na sessão das dez. E eles não podiam fazer nada, não podiam prender porque você estava numa fila, sem fazer absolutamente nada.”

Mais tarde, em 1948, com apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada a União dos Estudantes Secundaristas (Unes) que – depois de várias disputas internas – passou a ser denominada União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

Entre 1945 e 1964, os estudantes secundaristas participaram – junto com a UNE – da Campanha “O Petróleo é Nosso” e da luta pela Reforma do Ensino. Em maio de 1956, os secundaristas iniciaram uma luta contra o aumento das passagens de bonde. Com apoio da União Metropolitana dos Estudantes, conseguiram parar os bondes no Rio de Janeiro.

Além da influência de partidos políticos, sobretudo de esquerda, os estudantes secundaristas também se organizavam no interior da Ação Católica, a JEC (Juventude Estudantil Católica) reunia os secundaristas. Neste período também há notícias de secundaristas protestantes que participavam do movimento estudantil.

Os anos que antecederam ao golpe de 1964 foram marcados por um rico processo de mobilização em torno das chamadas “reformas de base”, afinadas com um projeto “nacionalista voltado para o bem-estar do povo brasileiro”.

Neste contexto, os estudantes universitários e secundaristas atuaram ao lado das organizações e forças progressistas que deram sustentação ao governo de João Goulart. Após o golpe de 1964, as entidades foram fechadas pelo regime militar. Mas, ainda assim, os secundaristas continuaram atuando em diferentes momentos da história de nosso país.

No ano de 1968 aconteceram rebeliões de jovens universitários e secundaristas pelo mundo afora. Jovens foram para as ruas em países com histórias e realidades muito diferentes, tais como Brasil, França, México, Estados Unidos, Canadá e Argentina... Estes

Nos anos 1930 os estudantes faziam campanhas pela meia passagem de ônibus e meia entrada de cinema.

Menino

*Milton Nascimento e Ronaldo Bastos,
homenagem a Edson Luís*

Quem cala sobre seu corpo consente na tua morte...

Quem cala, morre contigo

Quem grita, vive contigo.

movimentos tinham algo em comum: questionavam hierarquias, burocracias e as formas de fazer políticas consagradas na geração anterior. Assim, surgiram novas organizações, novas bandeiras de luta e novas identidades.

No Brasil, as manifestações do ano de 1968 foram desencadeadas por um acontecimento trágico. O assassinato de um estudante secundarista desencadeou protestos, grandes passeatas e muita agitação cultural.

Edson Luís, um secundarista foi assassinado

Edson Luís de Lima Souto nasceu em Belém do Pará. Segundo Poerner (2004), tratava-se de “um menino ainda – completara 18 anos em 24 de fevereiro -, parecia baixinho, a pele morena e os cabelos bem pretos e lisos de caboclo nortista”. Orfão de pai, chegara no Rio de Janeiro três meses antes.

Queria ser engenheiro, cursava o artigo 99 [espécie de supletivo] do primeiro ciclo no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo ao Restaurante do Estudante, conhecido como Calabouço. O Calabouço era frequentado por muitos jovens pobres, como Edson Luís, que dependiam do restaurante para a alimentação diária.

Conta-se que, por não conseguir emprego, Edson Luís passava a maior parte do dia no Calabouço ajudando em serviços burocráticos, na secretaria e na limpeza. A má qualidade da alimentação provocava manifestações constantes. Em 1967, o governo do estado havia demolido a antiga sede do restaurante que ficava próximo ao Aeroporto Santos Dumont. Parcialmente fechado para obras havia mais de um ano, funcionava em péssimas condições de higiene. Na verdade, o Calabouço se tornou um foco importante de oposição ao regime militar.

No dia 28 de março de 1968, cerca de 300 alunos organizavam uma passeata por melhorias nas condições do estabelecimento. Durante o jantar daquele dia de março, os frequentadores do Calabouço foram surpreendidos por policiais militares que tentavam dispersar a reunião à base de cassetete. Os jovens revidaram com pedradas e a polícia invadiu o restaurante disparando armas de fogo. Vários estudantes foram atingidos, um dos tiros acertou o peito de Edson Luís.

Os estudantes carregaram Edson Luís até a Santa Casa de Misericórdia. Óbito confirmado, cerca de 10 mil pessoas marcharam até a Assembleia Legislativa, na Cinelândia, onde o corpo foi velado por toda a madrugada. Os deputados declararam-se em sessão permanente. Mais de 50 mil pessoas compareceram ao enterro, gritando slogans contra o governo e a violência: “Bala mata fome?”, “Os velhos no poder, os jovens no caixão”, “Mataram um estudante. Podia ser seu filho!”

Edson Luís foi enterrado ao som do Hino Nacional. No dia seguinte, os jornais da capital trouxeram a notícia na primeira página. Os teatros interromperam seus espetáculos em sinal de protesto. O Rio de Janeiro parou no dia do enterro. Para expressar seu protesto, os cinemas da Cinelândia amanheceram anunciando três filmes: *A noite dos Generais*; *À queima roupa* e *Coração de Luto*. Manifestações e passeatas tomaram conta das ruas das principais capitais do país.

A missa de sétimo dia foi realizada na Igreja da Candelária e reuniu milhares de pessoas. Na saída, houve violência por parte da cavalaria da PM e do Exército. Em outra missa, a cavalaria atuou ainda com mais violência, sendo necessária a intervenção de muitos padres que formaram um cinturão de proteção para as pessoas que tentavam sair da igreja.

Edson Luís virou um símbolo da causa estudantil. Sua morte foi o primeiro assassinato público do governo que se instaurou em 1964. Mas, foi apenas em 1997 – quase 30 anos depois – que a Justiça reconheceu o Estado brasileiro como culpado pela morte de Edson Luís, considerando-a como de Comoção Nacional.

Foi só a partir de então que a mãe do jovem, dona Maria de Belém Souto Rocha, recebeu indenização da União

Mataram um estudante. Podia ser seu filho!

Da “fila boba” às ocupações das escolas

Como se sabe, porém, apesar das reações desencadeadas pela morte de Edson Luís, as “flores não venceram os canhões”, como se desejava na canção *Para não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré. No ano de 1968, a repressão se intensificou ao longo do ano, culminando na instauração do Ato Institucional Número 5. O AI-5 estampou a cara do governo de linha dura e, a partir de então, cresceram os casos de sequestros e desaparecimentos de líderes políticos de oposição ao regime ditatorial.

Durante toda a ditadura militar, grupos de estudantes secundaristas participaram da resistência. E, após o fim do regime militar em 1985, muitos deles participaram da reconstrução da democracia no país. E, sua presença nas ruas ficou mesmo evidenciada entre os “caras pintadas”, em agosto de 1992, durante as manifestações pelo impedimento do presidente Fernando Collor de Mello.

A presença secundarista nas ruas ficou evidente com os “caras pintadas”, em 1992, e nas famosas jornadas de 2013.

pela perda do filho. Em 28 de março de 2008, para lembrar os quarenta anos da morte no Cababouço, foi inaugurada uma estátua em homenagem ao estudante Edson Luís na praça Ana Amélia (entre a avenida Churchill e a rua Santa Luzia).

Depois disto, outro movimento importante para os secundaristas se iniciou em Salvador em 2003 com a “Revolta do Buzu”. O preço e a gratuidade do transporte ainda está em questão como demonstra o Movimento Nacional Passe Livre, constituído a partir de 2005, que deu início as famosas jornadas de 2013.

Muitas outras reivindicações e causas dos secundaristas deveriam ainda ser

lembradas. Mas, hoje, não há como não destacar as “ocupações nas escolas”. Esta tática de luta ganhou destaque no ano de 2015 e se reafirma no ano de 2016.

Certamente, o acesso à educação em nosso país mudou muito entre o tempo de Edson Luís e o tempo presente. Hoje talvez Edson Luís pudesse ficar em Belém, lá terminar o Ensino Médio e se tornar engenheiro. Sem dúvida, a rede pública se ampliou e há mais acesso aos bancos escolares. Porém, se há novas conquistas, também se evidenciam novas contradições.

Hoje, por meio das ocupações, os jovens secundaristas, em várias cidades do país, defendem maior participação estudantil nas decisões escolares; valorização dos professores; melhoria da infraestrutura de prédios deteriorados, banheiros precários e salas de aula sem ventilação. Também foram feitas denúncias sobre material escolar e equipamentos amontoados e não distribuídos, bem como sobre as péssimas condições ou a falta de acesso a bibliotecas, laboratórios e salas de informática.

Assim, no Brasil, ainda persistentemente hierárquico e excludente, os “secundas” - como muitos se autodenominam - vivem um novo patamar de exigência de direitos de cidadania. Nas ocupações, estudantes do atual Ensino Médio valorizam a *escola pública*, cuidam do patrimônio público e transformam as escolas em criativos espaços de convivência das diversidades de causas e atores.

Neste contexto, é importante retomar os fios da história e reconhecer as lutas anteriores como parte constitutiva da realidade presente. Relembrar a morte de Edson Luís é uma forma de se contrapor



Foto: Memorial da Democracia

a um silêncio e a um esquecimento que só interessam aos que hoje também reprimem estudantes secundaristas. Na memória social dos que defendem a efetivação de direitos dos estudantes (conquistados ou a conquistar), Edson Luís vive. ■

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Paula. Memórias Estudantis da Fundação da UNE aos nossos dias. Ed Relume Dumará, 2007.

POERMER, Arthur. O poder jovem. História da participação política dos estudantes desde o Brasil Colônia até o governo Lula, 5ª. edição, ampliada e atualizada. Editora Book Link, 2004



PERFIL Paulo Freire Educação como prioridade

Martha Neiva Moreira
Jornalista, coordenadora de
Comunicação do Ibase

Foto: Instituto Paulo Freire

“Você já imaginou um professor que pouco se interesse, diante de sua classe, com o sonho de uma sociedade menos injusta, e nada faz pela criação de uma sociedade menos injusta só porque o que ele ensina é a Biologia?”. Essa frase poderia ser uma boa resposta aos que hoje, nesta conjuntura de retrocessos de conquistas democráticas, falam publicamente em defesa do movimento Escola Sem Partido, que preconiza uma educação neutra, sem uma reflexão ideológica, e que teve espaço na agenda do novo ministro da Educação do governo interino. A frase acima é do mestre, educador e pai da pedagogia do oprimido Paulo Freire, em uma entrevista da revista *Presença Pedagógica*, [1] quando questionado se não admitiria uma educação não diretiva. “Como é possível a formação de um educador sem o conhecimento de História? [...] O professor de Matemática deve estar tão interessado na criticidade do aluno quanto um professor de Geografia, de História ou de Linguagem”, observou ele ao longo da entrevista. Era 1995, mas a fala de um dos educadores mais importantes do país permanece tremendamente atual e cabe perfeitamente como contraponto aos que acham que o papel do professor é apenas o de repassar aos alunos, objetivamente, os conhecimentos historicamente constituídos, sem um viés crítico e reflexivo.

[1] Belo Horizonte, v.1, n.1, jan.-fev. 1995

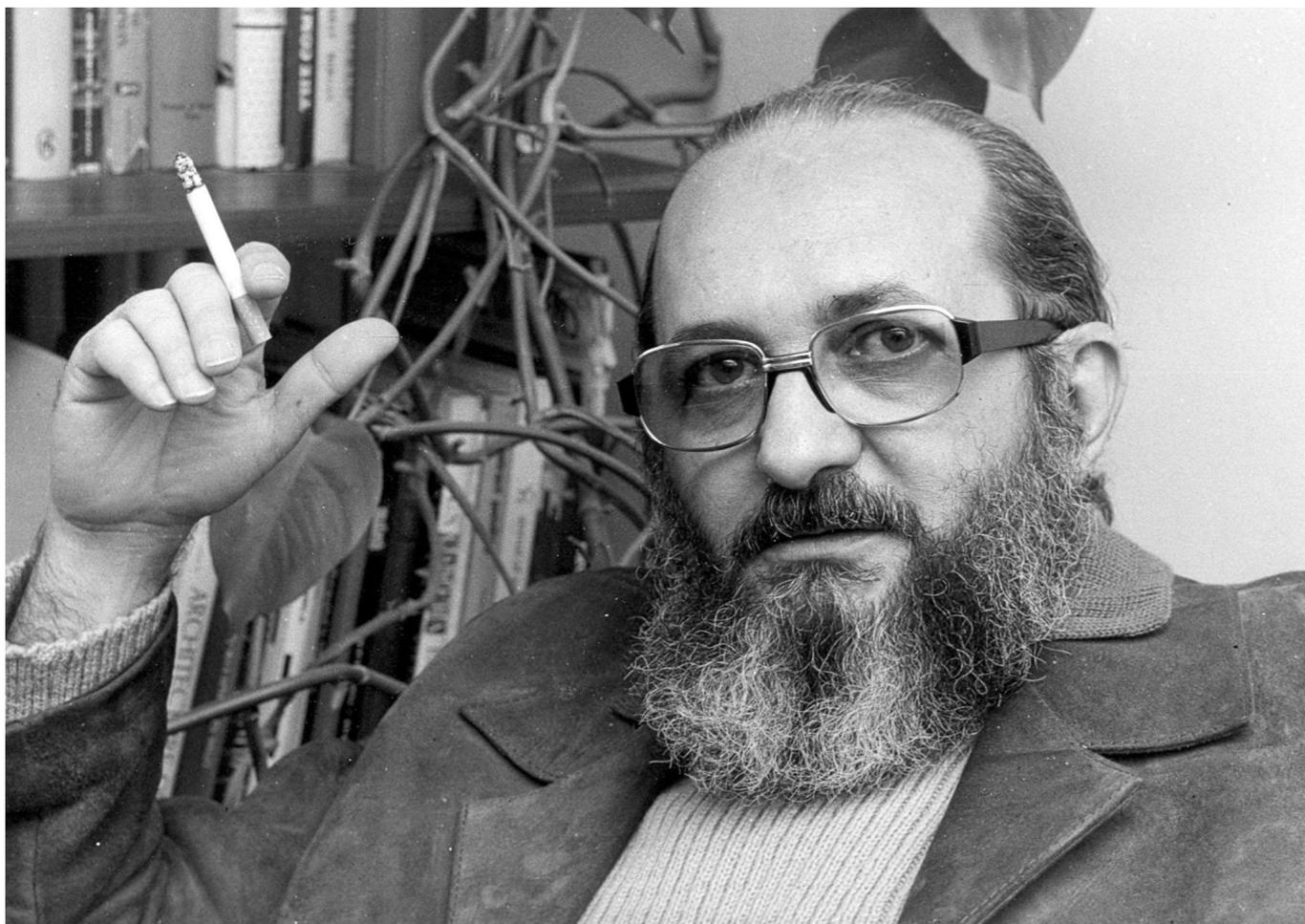


Foto: Instituto Paulo Freire

Paulo Freire queria, com o seu método de alfabetização de adultos, ensinar a ler e escrever a cinco milhões de brasileiros adultos nos mais de 20 mil círculos de cultura existentes.

A história de Paulo Freire começa em Recife, onde nasceu em 1921. Ele acreditava em uma educação emancipadora, que prepara o cidadão para operar a transformação social a partir de seu lugar de mundo, de fala, com sua própria sintaxe. Tanto é que uma de suas grandes contribuições para a educação brasileira foi um método de alfabetização de adultos baseado em uma linguagem distante da gramática formal e bem perto do cotidiano de cada grupo alfabetizado, criado no âmbito do Movimento de Cultura Popular do Recife, no

qual Freire atuou junto com outros educadores entre os anos de 1950 e 1960. Ele usava os termos e expressões do cotidiano de seus alunos para ensiná-los a ler e escrever. Como inspiração, lhe serviu a experiência que teve durante anos em Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana de Recife onde morava. Lá ele tinha como vizinhos operários e filhos de camponeses, jogava pelada com os meninos, brincava no morro, no córrego, e, sobretudo, aprendia uma forma de expressão popular que mais tarde veio a ser a chave para seu trabalho como alfabetizador de adultos.

A quem tivesse curiosidade sobre seu método de alfabetização, Freire explicava assim: “O menino proletário, o menino camponês tem que, em primeiro lugar, assumir a legitimidade de sua linguagem, do seu discurso, contra o qual há toda uma barreira de classe, e essa é a tarefa do educador, educadora. Em segundo, ele precisa assumir a boniteza de sua linguagem. E até vou mais longe, ele

tem que assumir a própria gramática que está por trás de seu discurso. Não há discurso sem gramática”.

Freire era advogado, carreira que trocou pela de educador. Seu primeiro trabalho na área foi como professor de Língua Portuguesa na escola onde estudou. Daí em diante dedicou-se a experiências de educação de adultos, em áreas proletárias, urbanas e rurais de Pernambuco, o que deu subsídios para sua principal teoria: a de que a educação tem papel imprescindível no processo de conscientização e nos movimentos de massa.

Ao longo de sua trajetória, Paulo Freire viveu momentos políticos que marcaram a história brasileira, como

a Revolução de 1930 e o Golpe Militar de 1964. Foi neste último ano que assumiu, em pleno governo de João Goulart, o Programa Nacional de Alfabetização. Seu objetivo era, usando o seu método de alfabetização de adultos, ensinar a ler e escrever a cinco milhões de brasileiros adultos nos mais de 20 mil círculos de cultura existentes. O projeto durou pouco. Foi extinto logo após o golpe e Freire, após ser preso duas vezes, exilou-se na Bolívia com a companheira Elza Maria Costa Oliveira, professora com quem teve cinco filhos.

A partir de então, aos 43 anos, levou para o mundo seu pensamento sobre o desenvolvimento de uma pedagogia capaz de formar cidadãos críticos capazes de refletir sobre sua época, seu entorno e, assim, promover a transformação social. A primeira escala foi na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, onde foi convidado a lecionar por dez meses. Nesse período, escreveu três de seus livros: *Ação cultural para a liberdade*, *Educação como prática da liberdade* e *Pedagogia do oprimido*.

Anos depois foi para a Suíça, assumir o posto de consultor do Conselho Mundial das Igrejas. Em Genebra, fundou o Instituto de Ação Cultural (Idac). De 1975 a 1980, Freire e sua equipe do Idac prestaram serviços na área de educação para os países chamados à época “do Terceiro Mundo”. Em 1980 ele regressou definitivamente ao Brasil e, na gestão da então prefeita Luiza Erundina, assumiu o cargo de secretário de Educação de São Paulo. Lá ele promoveu uma reforma no sistema público de educação do município e fundou o Movimento de Alfabetização da Cidade de São Paulo (Mova), para alfabetizar jovens e adultos e estabelecer alianças entre os movimentos populares, a sociedade civil em geral e o Estado.

Paulo Freire morreu em 1997, quando havia sido nomeado como membro do Júri Internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Dois

anos antes, concedeu entrevista à revista *Presença Pedagógica*, citada acima, na qual deu um recado aos dirigentes políticos do país: “Eu deveria mandar três recados, mas vou ver se mando um só. Acho que era preciso que homens e mulheres que fazem política neste país comessem a compreender de forma diferente a expressão ‘educação é minha prioridade’. Não há prioridade que não se expresse em verbas. Não adianta o discurso da prioridade para no ano seguinte dizer: ‘É prioridade, mas lamentavelmente não tenho dinheiro’. É preciso que este país alcance o nível em que isso não possa mais ser dito”.

É verdade, caro mestre! Mas em tempos em que as verbas de educação são cortadas a despeito do sucateamento do setor, me parece que ainda estamos bem longe desse dia. ▀

É preciso que homens e mulheres que fazem política neste país comecem a compreender de forma diferente a expressão “educação é minha prioridade”. Não há prioridade que não se expresse em verbas.

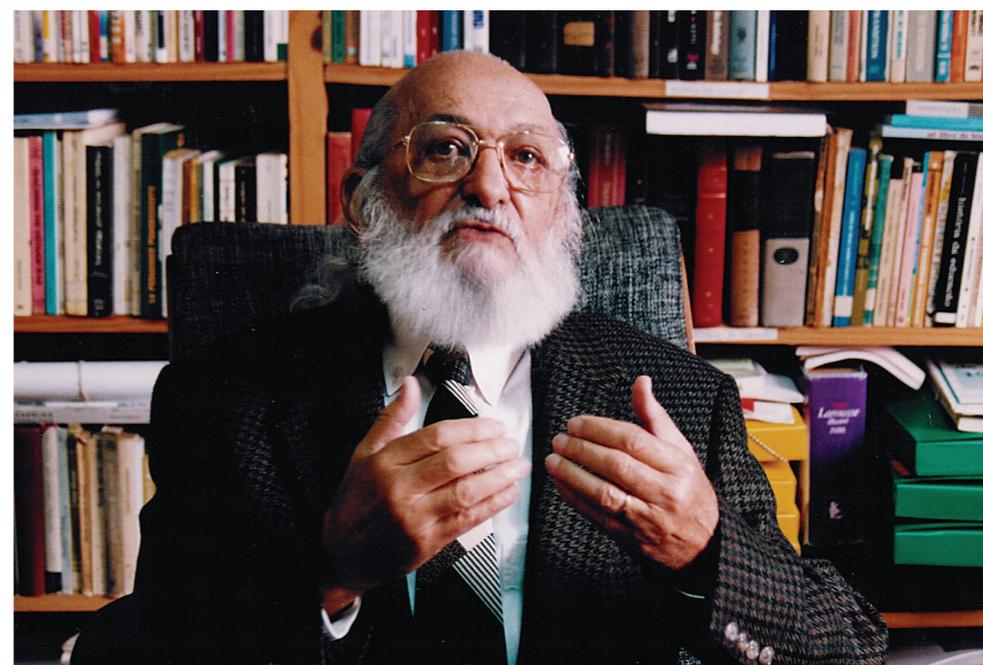


Foto: Instituto Paulo Freire

Debates

DEBATES

Três faces do desemprego

Um dos primeiros sintomas de uma economia fragilizada é o aumento das taxas de desemprego. Esse fantasma que assombra todas as famílias brasileiras é o assunto da seção “Debates” desta edição. No primeiro artigo, “Mercado de trabalho brasileiro em tempos de crise”, o economista e pesquisador do Ibase Fernando Amorim traz dados que mostram que a luz no fim do túnel está muito fraca e que precisaremos de muita atitude para mudar a situação do desemprego no país.

Uma das formas mais efetivas de gerar empregos em massa é a realização de grandes obras. Os setores de construção e infraestrutura são grandes empregadores e, historicamente, foram responsáveis por formar e contratar um grande número de mão-de-obra; mas não é o que vem acontecendo no país. A jornalista da ActionAid Juliana Fernandes Câmara assina o artigo “Crescimento sem desenvolvimento”, dando como exemplo o que aconteceu em Suape, no litoral sul de Pernambuco. Ela conta a história de uma promessa de desenvolvimento que nunca chegou, apesar dos bilhões em investimentos e dos 50 mil empregos gerados pelas obras de

construção da Refinaria Abreu e Lima, do Estaleiro Atlântico Sul e da Petroquímica Suape. “Nove anos depois, as empresas acumulam riqueza, mas os impactos sociais do crescimento sem planejamento, a concentração de renda e o vácuo de vagas de trabalho deixaram marcas nesses territórios”, denuncia Juliana.

Outra face do desemprego é a falta de capacitação técnica para preencher as vagas que existem. A coordenadora de Comunicação do Ibase, Martha Neiva, mergulhou nos dados dos Indicadores de Cidadania (Incid), desenvolvidos pelo Ibase, para escrever o terceiro artigo, intitulado “Violação do direito ao trabalho”. Nele, ela mostra que, com as políticas de formação técnica e profissional no eixo da educação, o poder público não apenas instrumentaliza as(os) trabalhadoras(es), mas dá condições para que as pessoas ingressem no mercado de trabalho com maior autonomia e possibilidade de escolha. No entanto, os dados do Incid revelaram algo bem distante dessa realidade e que se constitui em mais um aspecto interessante para se refletir sobre a questão do trabalho no Brasil, como propõe este debate da revista *Trincheiras*.

Boa leitura! 🍷



Mercado de trabalho brasileiro em tempos de crise

Fernando Amorim

Pesquisador do Ibase

O mercado de trabalho é – ou deveria ser – uma das variáveis centrais da política econômica e social de qualquer país que se preze. Políticas de geração de emprego e renda, de formalização de trabalhadores, de garantias legais derivadas de leis trabalhistas (e sua ampliação), além de propiciar um ambiente capaz de dar previsibilidade aos atores envolvidos, é peça fundamental de um governo que busque construir condições mínimas de bem-estar para a sociedade. Se, por um lado, não há dúvida quanto à necessidade de se criar emprego e renda, por outro, há grande discordância sobre se essa necessidade deveria ser alvo da política (substantivo) econômica (adjetivo) ou mero resultado de uma economia austera e “responsável”. Em momentos de crise, tais como estes em que estamos inseridos, essas discussões ganham força e a retórica propagada acaba por colocar em risco conquistas históricas dos trabalhadores e do povo brasileiro como um todo, e merecem ser problematizadas.

Dito isso, algumas variáveis merecem ser mais bem exploradas para entendermos o que ocorreu no Brasil recente, especialmente nos últimos anos, para que, assim, possamos ao menos encontrar sinais (ou evidências) de que país estamos

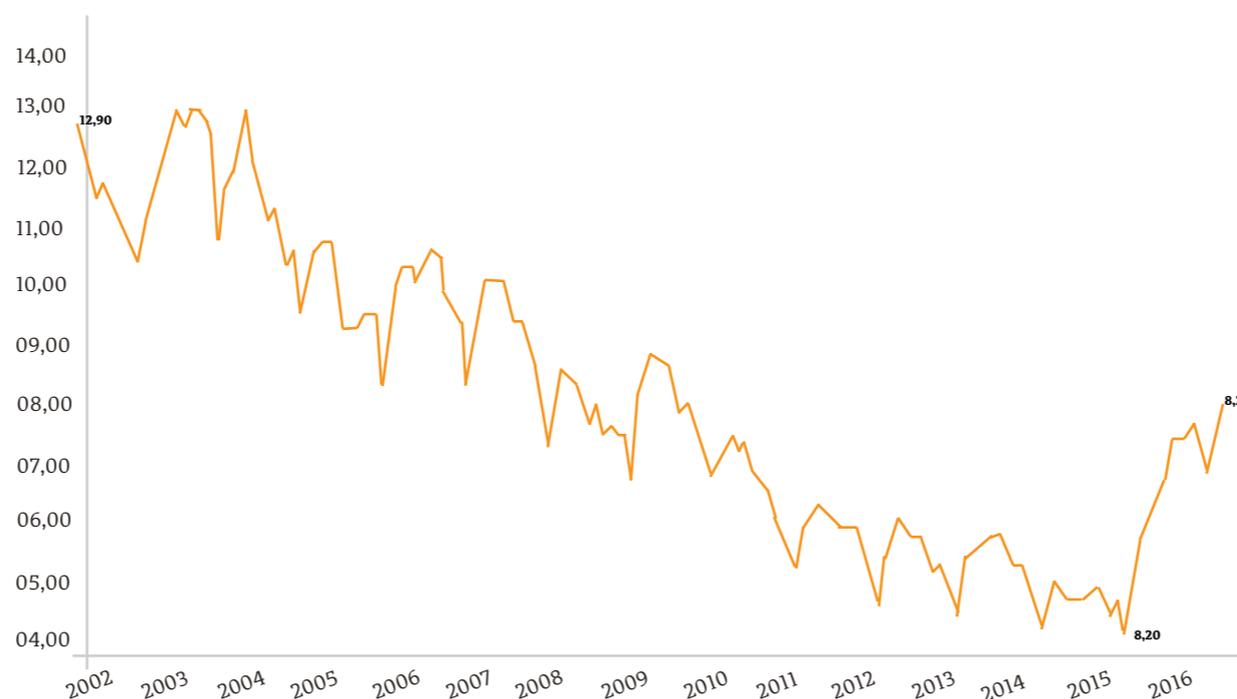
(des)construindo. Desse ponto de vista, variáveis-chave do mercado de trabalho brasileiro, como emprego e desemprego, formalização, desigualdade salarial, rotatividade e mudanças no seguro-desemprego, são constituintes do processo e serão exploradas a seguir.

Emprego e desemprego

Desde 2015, a atividade econômica em retração no Brasil tem impactado diretamente o mercado de trabalho nacional. Se em 2014 a estagnação econômica ainda não havia se refletido em cortes de vagas substanciais (entre outras razões, por uma série de medidas do próprio governo federal, que podem ter contribuído para retardar o processo),^[1] a conta veio a partir do ano passado e nada indica que vá melhorar no curto prazo.

Do ponto de vista do mercado de trabalho (empregos formais e informais), a taxa de desemprego brasileira vinha apresentando, desde meados dos anos 2000, resultados excelentes, tanto em relação a outros países quanto ao próprio histórico brasileiro. Enquanto a taxa de desemprego era de 12,9% em março de 2002, segundo a Pesquisa Mensal do Emprego (PME-IBGE),^[2] durante os anos subsequentes essa taxa caiu drasticamente, atingindo 4,3% em alguns meses. Em dezembro de 2014 era exatamente essa a taxa oficial brasileira e, desde então, iniciou a subir persistentemente, atingindo 8,2% em fevereiro de 2016, quando foi extinta a PME e substituída definitivamente pela Pnad Contínua. O gráfico 1 traz a evolução da taxa segundo a PME desde março de 2002 até fevereiro de 2006.

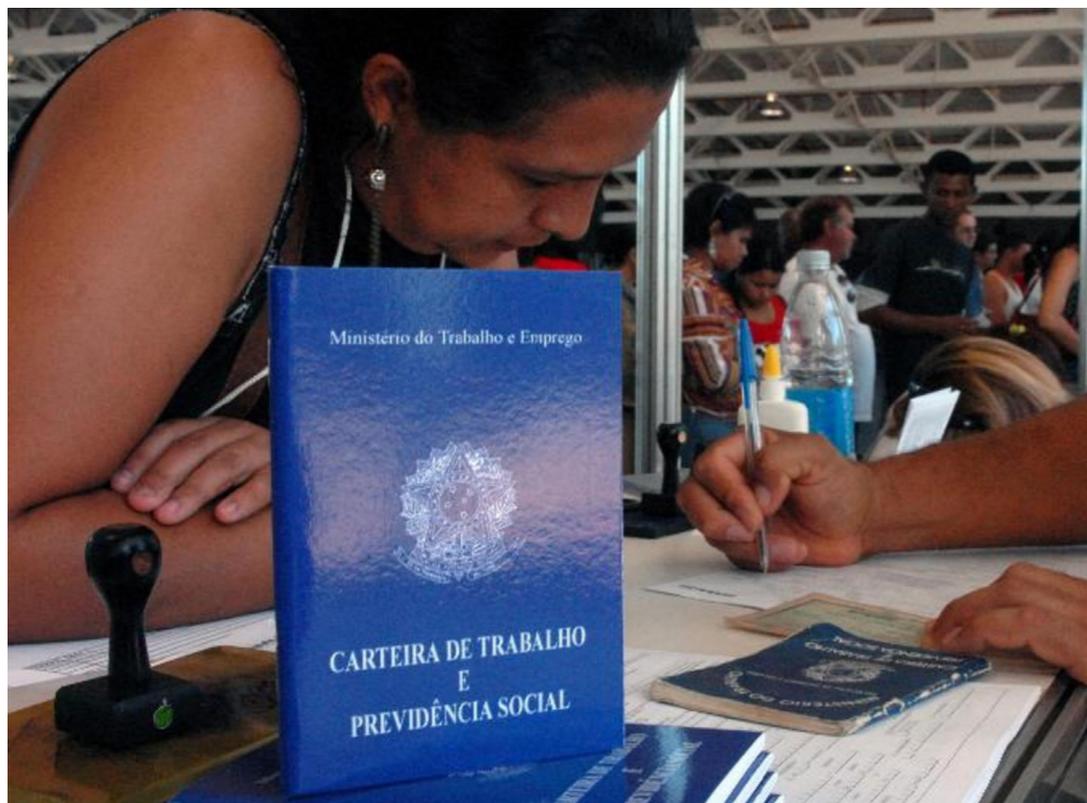
Gráfico 1 – Evolução da taxa de desemprego segundo a PME/IBGE – Brasil, março de 2002 a fevereiro de 2016 (em %)



Fonte: PME/IBGE. Elaboração: Ibase

^[1] Algumas desonerações, principalmente aquelas relacionadas aos quatro setores escolhidos para iniciar a política – e que tinham relação com competição com importados –, podem ter contribuído para esse retardamento de demissões.

^[2] Medida nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre.



[3] A cada trimestre, são investigados 211.344 domicílios particulares permanentes, em aproximadamente 16 mil setores censitários, distribuídos.

Importante salientar que essa taxa é nada mais do que uma média ponderada das taxas de todas as regiões metropolitanas nas quais a pesquisa era realizada, o que implica dizer que, invariavelmente, sempre existiu grande discrepância entre as taxas de desemprego regionais.

Apenas para efeito de comparação, a taxa de desocupados em fevereiro de 2016 para cada uma das regiões onde a PME era realizada foi a seguinte: Recife – 10,4%; Salvador – 12,6%; Belo Horizonte – 7,2%; Rio de Janeiro – 5,2%; São Paulo – 9,3%; e Porto Alegre – 6,4%. Ainda que pareça uma obviedade, existem aqueles que ignoram essas especificidades ao delimitar que tipo de política econômica vão colocar em prática no Brasil, tal qual fazem com as diversas taxas de inflação regionais e, assim, evocam supostas inflações de demanda onde, efetivamente, há uma taxa de desemprego consideravelmente alta.

O Brasil precisa de uma rede de proteção social que passa por um Estado capaz de preservar suas leis trabalhistas e garantir direitos para o trabalhador.

A Pnad Contínua, como dito, é hoje a estatística oficial do governo federal, tendo como diferencial em relação à PME uma cobertura do território nacional muito mais abrangente [3] e seus resultados são divulgados mensalmente, a partir de uma média móvel do trimestre, encerrado em cada mês. A pesquisa, realizada em 3.500 municípios pelo Brasil, era inicialmente uma pesquisa unicamente anual, o que deixava uma defasagem para quem buscasse analisar aspectos conjunturais, e preenche uma lacuna importante, tanto para a delimitação de políticas públicas quanto para análises mais pontuais. Para efeito de comparação com a PME, a taxa de desemprego no Brasil no último trimestre de 2013, segundo essa pesquisa, era de 6,2%, atingindo 6,5% no fim de 2014 e encerrando 2015 em 9,0%. A taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua, sendo essa, portanto, a taxa oficial brasileira atualmente, era de 11,2% da população economicamente ativa em abril (último dado disponível), o pior resultado de sua série histórica.

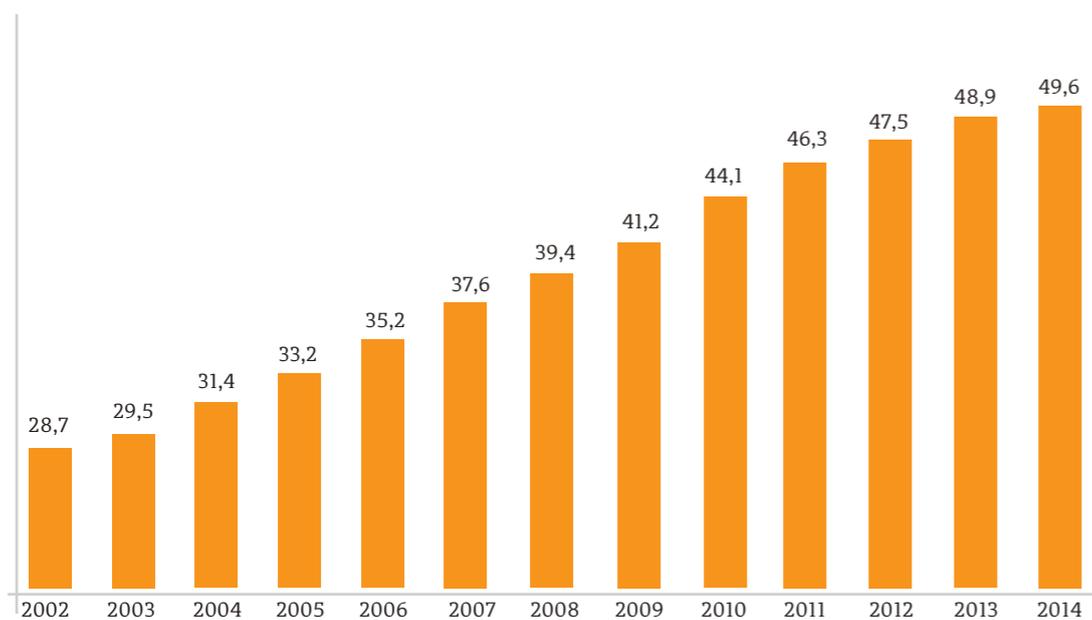
Mercado de trabalho formal

Do ponto de vista do mercado de trabalho formal, os anos de crescimento econômico e políticas inclusivas trouxeram alento para aqueles que entendem que existe necessidade de uma rede de proteção social no país, e que essa rede passa, necessariamente, por um Estado capaz de preservar suas leis trabalhistas e garantir direitos para o trabalhador. A esperança decorria do fato de que, após a chamada “década neoliberal”, o *mainstream* acadêmico e empresarial – e seus ecos na grande imprensa – argumentava abertamente que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) estava morta, sendo, inclusive, um entrave à contratação

de novos trabalhadores e corresponsável pelo desemprego de então. Como se observou na dinâmica posterior, eles estavam errados.

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) do Ministério do Trabalho e Emprego traduzem bem o que ocorreu desde 2002 no Brasil. Entre 2002 e 2014, houve um saldo positivo de mais 20 milhões de vagas formais no país, saindo de 28,7 milhões para 49,6 milhões no último ano da série. Essa formalização contribuiu decisivamente para a sustentação de uma ampla rede de direitos para uma população acostumada a viver na informalidade e que, por fim, teve acesso a férias, décimo terceiro salário, fundo de garantia, seguro-desemprego etc. O gráfico 2 traz essa evolução ano a ano e evidencia que é possível (e necessário!) não apenas crescer economicamente, mas crescer de forma inclusiva, ou seja, garantindo direitos conquistados e colocando gente para dentro da rede de garantias constitucionais.

Gráfico 2: Evolução do emprego formal segundo a RAIS/MTE, Brasil – 2002 a 2014 (em milhões)

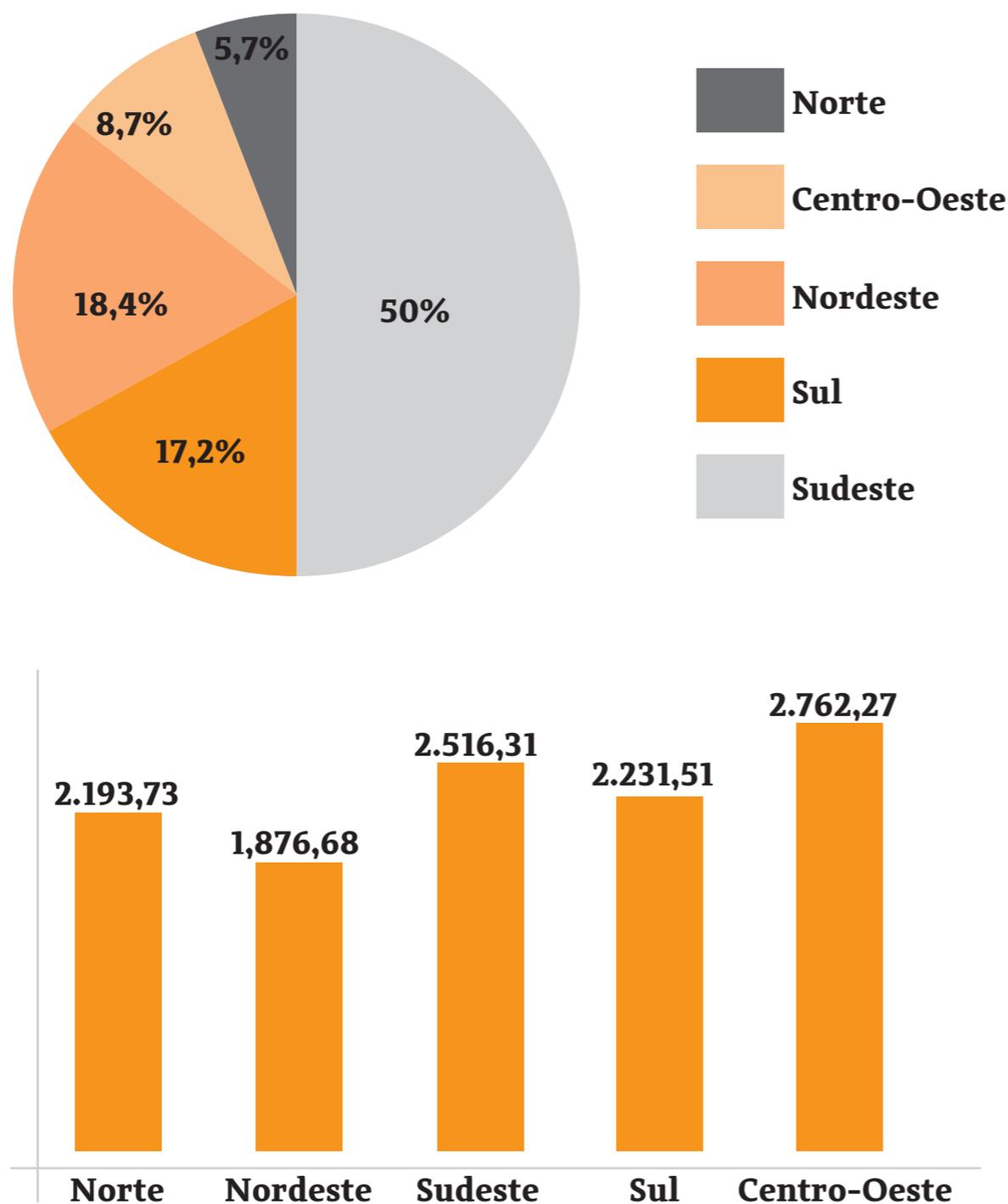


Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: Ibase

Com relação à distribuição regional, em 2014 metade dos empregos formais brasileiros se encontravam na região sudeste, 18,4% na região nordeste, 17,2% na região sul, 8,7% na região centro-oeste e 5,7% na região norte. Importante dizer, no entanto, que a região norte foi, dentre todas as regiões, aquela em que houve o maior crescimento de empregos formais entre 2002 e 2014, mais do que dobrando o número de vínculos formais, segundo a RAIS. Do ponto de vista da remuneração, a disparidade entre os rendimentos dos trabalhadores de cada região também é grande. Enquanto, no nordeste, um trabalhador formalizado tinha uma remuneração média de R\$ 1.876,68, aquele residente no centro-oeste do país recebia em média R\$ 2.762,27. Os gráficos a seguir trazem o detalhamento.

De janeiro de 2015 até abril de 2016, o saldo entre admitidos e desligados ficou negativo em mais de 2 milhões de vínculos formais, impactando todos os setores de atividade.

Gráfico 3: Distribuição do emprego formal e remuneração média em dezembro, por região – 2014



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: Ibase

No período exatamente subsequente, no entanto, a crise econômica fez seus estragos também no emprego formal. Se em 2014, em plena estagnação econômica, o saldo ainda foi positivo em 700 mil vagas (e, nos anos anteriores, havia superado os 1,5 milhões em média), o ano de 2015 e os primeiros meses de 2016 reverteram completamente a tendência. De janeiro de 2015 até abril de 2016 o saldo entre admitidos e desligados, segundo o Cadastro Geral de Admitidos e Desligados (Caged/MTE), ficou negativo em mais de 2 milhões de vínculos formais, impactando todos os setores de atividade. A indústria foi quem apresentou o pior resultado entre os setores no período em questão, com saldo negativo de mais de 717 mil empregos, seguida pela construção civil, comércio, serviços e, mais distantemente, pela agropecuária, extrativa vegetal e pesca. As tabelas 1 e 2 trazem os dados do Caged por setor em rodar trabalhador.

Tabela 1: Admitidos, desligados e saldo de empregos formais segundo o Caged, por setor, Brasil – janeiro de 2015 a abril de 2016

Vagas formais	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	Total
Admitidos	3.726.484	2.427.915	5.447.146	9.036.736	1.338.546	21.976.827
Desligados	4.444.142	2.901.967	5.891.307	9.407.449	1.343.409	23.988.274
Saldo	-717.658	-474.052	-444.161	-370.713	-4.863	-2.011.447

Fonte: Caged/MTE. Elaboração: Ibase

Levando em consideração apenas o saldo do ano de 2016, de janeiro a abril há uma queda de mais de 385 mil vínculos formais. Desses, quase 200 mil foram no comércio e quase 90 mil, na indústria. Como não poderia deixar de ser, esses números dialogam diretamente com os resultados do PIB de 2015 e com as prévias do início de 2016. As prévias do primeiro trimestre deste ano (quando comparadas com o mesmo período de 2015) sinalizam queda em praticamente todas as atividades, liderada pelo comércio (10,7%), indústria de transformação (10,5%), construção civil (6,2%) e serviços (3,7%), segundo o IBGE.

Outro agravante da situação atual é a diferença existente entre o salário mensal de admitidos e desligados. Em média, os trabalhadores admitidos recebem 88,6% do salário dos trabalhadores desligados no país, o que dialoga diretamente com uma das principais práticas das empresas brasileiras, de rodar trabalhador para reduzir custos.

Tabela 2: Salário mensal dos admitidos e desligados segundo o Caged, por setor, Brasil – janeiro de 2015 a abril de 2016

Salário Mensal	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	Total
Admitidos	R\$1.334,90	R\$1.397,96	R\$1.133,49	R\$1.347,95	R\$1.053,34	R\$1.280,16
Desligados	R\$1.620,55	R\$1.555,85	R\$1.239,88	R\$1.503,98	R\$1.096,13	R\$1.444,15
Salário Admitidos/Desligados	82,4%	89,9%	91,4%	89,6%	96,1%	88,6%

Fonte: Caged/MTE. Elaboração: Ibase

Rotatividade e seguro-desemprego

A alta rotatividade do mercado de trabalho brasileiro é antiga e, em momentos de crise, se agrava ainda mais. Não à toa, a taxa de rotatividade no Brasil atingiu 63,7% do mercado de trabalho celetista em 2013, segundo o Dieese (último dado do estudo). Já a taxa de rotatividade, quando se retiram os pedidos de demissão dos próprios trabalhadores, foi de 43,4% no mesmo ano, repercutindo, sem sombra de dúvidas, na produtividade do trabalho. Levando em consideração que o trabalhador sequer tem tempo suficiente para se aperfeiçoar no seu fazer e com o agravante de que o tempo de duração dos contratos desligados são baixíssimos – além de atingir principalmente os trabalhadores mais jovens e, relativamente, com menor escolarização –, monta-se um quadro crítico para o trabalhador formal no Brasil.

Para agravar ainda mais o quadro, o governo federal, por meio da Medida Provisória nº 665 de dezembro de 2014 (convertida na Lei nº 13.134, de junho de 2015), estabeleceu critérios mais rígidos para acessar o

seguro-desemprego. [4] Em momentos de aumento do desemprego, é de se esperar que o número de trabalhadores aptos a receber seguro-desemprego cresça e era exatamente o que estava ocorrendo nos últimos tempos. A alta rotatividade brasileira (pelos motivos descritos acima) já seria causa de um alto número de pedidos, mesmo em tempos de melhores resultados econômicos, não obstante as medidas tomadas pelo governo repercutiram em queda considerável dos segurados nos meses recentes, precarizando ainda mais as relações de trabalho, já perversas para a classe trabalhadora brasileira. ♥

Em média, os trabalhadores admitidos recebem 88,6% do salário dos trabalhadores desligados no país, revelando práticas das empresas brasileiras para reduzir custos.

[4] “A principal alteração proposta pela MP era o aumento de seis para dezoito meses do tempo mínimo de emprego para o trabalhador fazer a primeira solicitação. Esse tempo se reduziria para doze meses na segunda solicitação e para seis, a partir da terceira solicitação. [...] A resistência dos trabalhadores diante da MP levou o Congresso Nacional a mudar a proposta original. A mudança reduziu para doze meses o prazo mínimo de atividade para solicitar o seguro-desemprego pela primeira vez, para nove meses, na segunda solicitação, e para seis meses, a partir da terceira. As novas regras reduzem o número de beneficiários e o montante da despesa com o pagamento do benefício, ainda que menos que a proposta original do governo” (MORETTO, Amilton J. e VIERA, Luiz H. “Emprego, rotatividade e proteção ao trabalhador: contrapontos à mudança do seguro-desemprego”. Caderno do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho. Dieese: São Paulo, 2015, v. 1).



Crescimento sem desenvolvimento

Juliana Fernandes Câmara

Jornalista da Action Aid

No litoral sul de Pernambuco, há quem diga que o Complexo Industrial Portuário de Suape foi um cometa: “veio, mas não ficou”. As indústrias e o porto estão lá, mas o desenvolvimento prometido com o início da construção da Refinaria Abreu e Lima, do Estaleiro Atlântico Sul e da Petroquímica Suape, em 2007, ainda não chegou. Os projetos promoveram uma revolução na região. Os bilhões em investimentos

e os cerca de 50 mil empregos gerados pelas obras mudaram completamente a configuração das cidades do entorno, em especial Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho. Nove anos depois, elas acumulam riqueza, mas os impactos sociais do crescimento sem planejamento, a concentração de renda e o vácuo de vagas de trabalho deixaram marcas nesses territórios.

Entre 2014 e 2015, a recessão econômica e a crise na Petrobras e nas empreiteiras que estavam à frente dos consórcios provocaram a demissão de 45.800 pessoas que atuavam diretamente na construção dos empreendimentos. A soldadora Josenilda Maria da Silva, a Neka, de 38 anos, é uma delas. Nascida e criada em Ipojuca, Neka ficou desempregada por cinco anos antes de conseguir uma vaga na construção do Estaleiro Atlântico Sul em 2007. Chegou a ser demitida quatro anos depois, em decorrência das greves que aconteceram, mas não demorou a se reinserir – foi trabalhar na Refinaria, onde ficou até dezembro de 2014. Saiu por causa dos problemas na Petrobras. Já se passaram um ano e cinco meses e ela continua desempregada.

Seu esposo, Inaldo, que também trabalhava na Refinaria, foi demitido na mesma época. Agora vive de bicos, que são inconstantes e insuficientes. Neka, Inaldo e as filhas – Maria Luiza e Marielly, de 16 e 14 anos, respectivamente – vivem com a ajuda de parentes. Há dois meses, Neka foi reinserida no programa Bolsa Família, do qual foi beneficiária antes de entrar no Suape.

“As coisas melhoraram muito com o trabalho no Estaleiro. Meu marido também foi contratado na obra e, no melhor momento, juntos, chegamos a ganhar R\$ 8 mil por mês. Minhas duas filhas foram para a escola particular, comprei meu carro, cheguei a trocá-lo duas vezes, fui arrumando minha casa. Tínhamos uma vida de classe média boa. Agora, só não passamos fome”, diz.

Se a história de Neka ilustra o desencanto de quem viu o sonho do desenvolvimento ruir, não é a primeira vez que a soldadora dá rosto e voz ao Suape. Em maio de 2010, ela foi escolhida para ser madrinha do primeiro navio construído no Estaleiro Atlântico Sul, o João Cândido. No batismo, observada pela então pré-candidata à Presidência da República Dilma Rousseff, andou de braços dados com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que a acompanhou na tradicional cerimônia de quebra do champanhe no casco da embarcação.

“Fiquei feliz da vida por estar ali, porque aquilo representava um reconhecimento por quem eu havia me tornado. Fui escolhida por vários critérios, mas também por meu comprometimento, minha assiduidade e produtividade”, conta.

Em função do título, deu entrevistas para a imprensa nacional e internacional. Além da fama, Neka ganhou do ex-presidente um pingente em formato de âncora e a machadinha usada para cortar a corda que segurava o champanhe, que, quando rompida, fez a garrafa se lançar contra o casco do navio e quebrar. Ela guarda tudo com muito carinho: “É uma lembrança importante. Quando eu não estiver mais aqui, minhas filhas vão poder contar essa história com orgulho”.

A escolha pela soldagem como profissão veio pela oportunidade que as obras representaram em 2007. Ela se inscreveu na primeira leva de vagas anunciadas pelo Estaleiro em Ipojuca. Foi aprovada e, entre cursos no Senac e no próprio empreendimento, passaram-se meses até que se formasse. Começou

como ajudante, até atingir o cargo mais alto, de soldadora. A expectativa agora é voltar para o

Suape, quando forem retomadas as obras de conclusão da Refinaria. O número de vagas, no entanto, será bem reduzido em comparação ao de 2007: os sindicatos calculam 15 mil.

Quando Neka saiu dos dois empregos que teve no Suape, recebeu tudo a que tinha direito pelas rescisões contratuais, quase um privilégio em meio a tantas histórias de calote na região. As denúncias da Operação Lava Jato provocaram o congelamento ou suspensão dos contratos das empresas envolvidas, e algumas delas alegaram não ter dinheiro para pagar os ex-funcionários. Além dos direitos trabalhistas, muitos ficaram sem receber os salários devidos. O setor de construção pesada, responsável por 42 mil demissões, acumulava, em 2015, R\$ 200 milhões em dívidas trabalhistas. No setor metalmeccânico, que desmobilizou 3,8 mil pessoas, o volume era de R\$ 50 milhões.

“Foi muito traumático. Teve trabalhador passando fome, os sindicatos chegaram a comprar cestas básicas para distribuir nos alojamentos”, relata Adriana Guarda, repórter de economia do *Jornal do Commercio*, de Pernambuco, e que ganhou o prêmio Petrobras de Jornalismo e o Esso Regional pela reportagem “Documento Suape 2015”, uma grande investigação dos impactos sociais, econômicos e ambientais provocados pelo complexo.

“O litoral sul de Pernambuco está depredado”. Débora Tito

“Na época do Estaleiro eu e meu marido chegamos a ganhar, juntos, R\$ 8 mil por mês. Agora, só não passamos fome”. Neka

As desmobilizações das obras eram previstas, mas elas chegaram muito antes do esperado. O Ministério Público do Trabalho de Pernambuco

chegou a criar, em 2013, o Fórum para Recolocação da Mão-de-Obra de Suape (Remos), para pensar a reinserção dos trabalhadores que seriam demitidos. As atividades foram suspensas há um ano.

“Quando fundamos o Fórum, o estado já tinha indicado que pretendia criar 5.700 vagas em outros empreendimentos nos próximos anos. Já era assustador. Sabíamos do tamanho do problema e chegamos a chamar os municípios do entorno para ajudar a pensar a reabsorção da mão-de-obra. Mas, com a estagnação gerada pela crise no setor, ruiu tudo. O litoral sul de Pernambuco está depredado”, lamenta a procuradora Débora Tito, que acompanha de perto os processos trabalhistas na Justiça e calcula em cinco mil o número de trabalhadores que mantiveram seus empregos no que restou das obras.

Muita gente também ficou sem ter como voltar para casa. A enorme migração de trabalhadores para atuar no Suape foi outra característica do crescimento do complexo. Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho se viram inundadas por uma massa enorme de imigrantes, em sua maioria homens, o que também teve consequências sociais para as cidades. Ipojuca tinha 59.281 habitantes em 2000, saltando para 80.637 em 2010, um aumento de 36%, de acordo com dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já Cabo de Santo Agostinho passou de 152.977 habitantes em 2000 para 185.025 em 2010, crescimento de 17%. A média de expansão populacional do estado de Pernambuco no período foi de 9%.

“O problema foi que teve um aumento brusco na população, sem infraestrutura adequada para isso, como de saneamento, moradia e transporte. Houve



um crescimento assustador dos índices de violência, de uso de drogas, de abuso sexual, de HIV, de tuberculose – doença associada a grandes aglomerações de pessoas –, entre outros problemas. Essas cidades já tinham grandes déficits sociais, e a falta de planejamento para esse crescimento gerou mais desigualdades”, avalia o professor José Henrique Artigas de Godoy, da Universidade Federal da Paraíba, que coordenou a pesquisa “Suape e o novo desenvolvimento na perspectiva da gestão pública local: finanças públicas, crescimento econômico e equidade nos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Moreno”.

Ele destaca ainda a reprodução, em escalas preocupantes, das desigualdades históricas que marcam a sociedade brasileira: “Quando você olha a distribuição da renda, fica claro que houve um crescimento enorme dos maiores salários. Ao observarmos a renda média per capita domiciliar nessas cidades, identificamos que elas são muito inferiores

que a média do estado de Pernambuco e a média nacional. Isso revela que a renda se concentrou; e se concentrou nas mãos dos brancos, dos homens, daqueles com maiores níveis de escolaridade e nas zonas urbanas”.

O Complexo de Suape existe desde a década de 1980. Há centenas de indústrias e empresas em pleno funcionamento, com circulação estimada de 18 a 20 mil pessoas por dia. Mas, além do *boom* de empregos, a chegada dos investimentos ligados à economia do petróleo a partir de 2007 provocou uma mudança no perfil da economia da região, historicamente ligada à indústria têxtil, à agricultura, com destaque para a cana-de-açúcar, à produção de alimentos e bebidas. Desde então ocorreu um processo de diversificação e a economia de Pernambuco passou a atrair indústrias de alta tecnologia agregada, resultado dos novos investimentos e incentivos. De 2007 a 2011, o Suape foi o polo industrial que mais recebeu investimentos na América Latina. Entre 2007 e 2010 o complexo recebeu uma média de R\$ 365 milhões por ano em recursos públicos. Do setor privado, os investimentos somaram US\$ 17 bilhões no período.

“A diversificação da indústria vai ter impacto nas próximas décadas. O *boom*, na verdade, começa quando os investimentos se efetivarem, não em volumes semelhantes ao do período anterior, mas haverá novas vagas de emprego. Só que eles serão para uma mão-de-obra mais qualificada”, avalia Godoy.

“Houve uma mudança na relação entre trabalhadores e patrões. Os sindicatos foram muito atuantes”. [Adriana Guarda](#)

“A diversificação da indústria vai ter impacto nas próximas décadas. Não na mesma quantidade, mas haverá novas vagas de emprego, para uma mão-de-obra mais qualificada”. [José Henrique Artigas de Godoy](#)

Em sua opinião, não há estratégia no momento para a massa de trabalhadores desempregados que ficou em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Com a finalização das obras do Suape e de outros grandes projetos de infraestrutura no Nordeste, como a Transnordestina, também impactados pela crise nas empreiteiras, a tendência, ele acredita, é de absorção dessa mão-de-obra pelas economias locais em atividades como serviços.

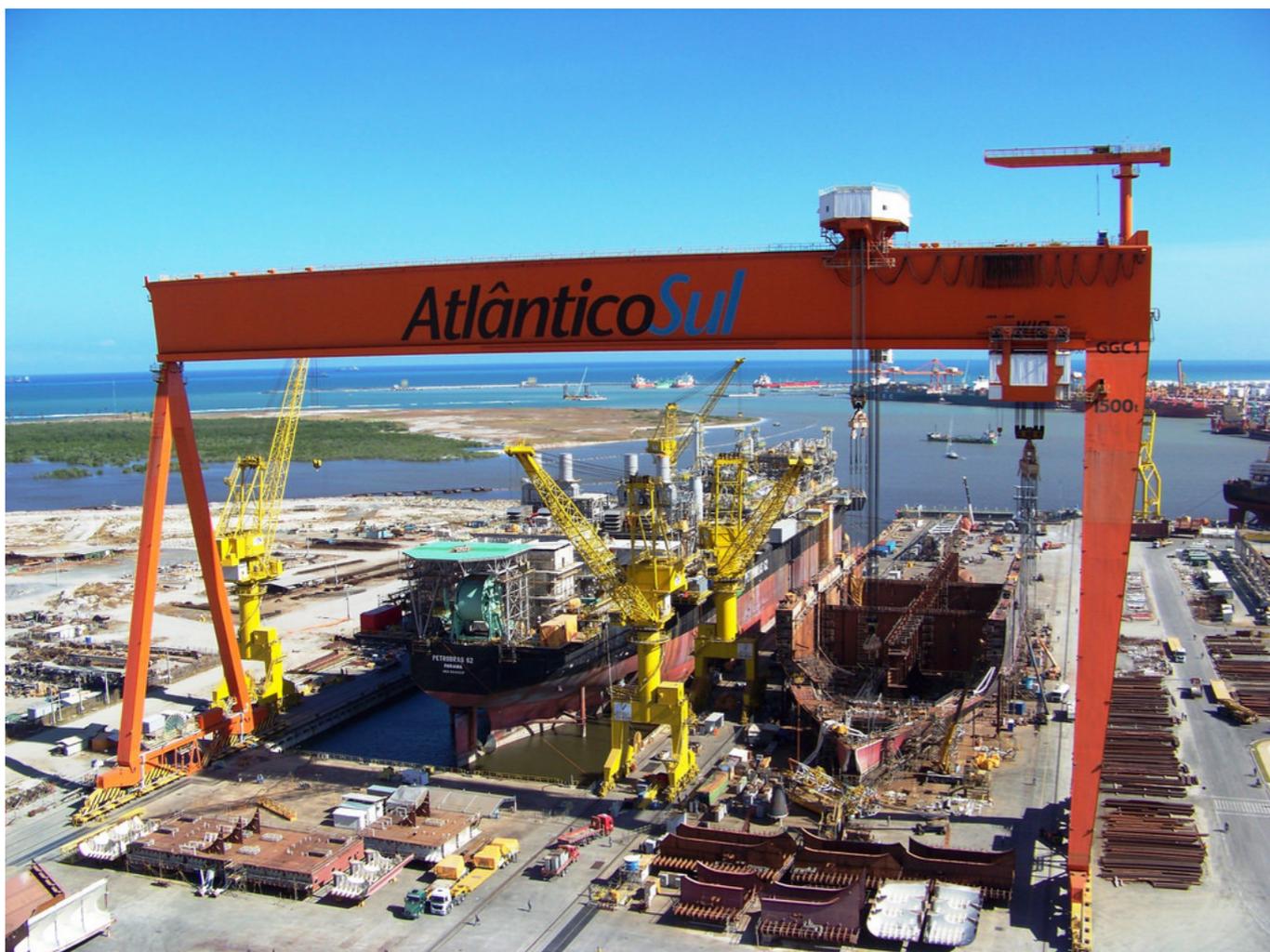
Acontece que outros setores também foram drasticamente afetados pela estagnação do Suape. Comércio e serviços, por exemplo, acompanharam o *boom* de crescimento vivido a partir de 2007 e igualmente sentiram os impactos. Diversas empresas demitiram e fecharam as portas. O setor de turismo é outro que está cambaleante. Além de perderem a capacidade de atrair visitantes, em função das novas configurações dos perfis populacionais, as cidades viram pousadas e hotéis virarem alojamento para os trabalhadores de fora. Com o vazio que ficou, estão com dificuldades para manter os negócios. As empresas terceirizadas e quarteirizadas que funcionavam em torno das obras do polo estão na mesma situação. O setor de fretamento acumulava, em 2015, 1.040 ônibus

parados em garagens, 4,8 mil funcionários demitidos e R\$ 35 milhões em dívidas trabalhistas. Se levadas em conta todas as demissões de postos de trabalho formais em atividades relacionadas como consequência da paralisação do Suape, o número chega a 56 mil.

Para Adriana Guarda, apesar do cenário devastador após as demissões, há um legado importante para os trabalhadores: “Aconteceu uma mudança na relação entre trabalhadores e patrões, os sindicatos foram muito atuantes. Houve elevação de salários, melhoria das condições de trabalho e qualificação. A Neka,

apesar dessa situação difícil e dolorosa, agora tem uma profissão. A vida dela mudou nesse sentido”, avalia.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral no Estado de Pernambuco (Sintepav-PE), Aldo Amaral, enumera os benefícios conquistados pela categoria: “Conseguimos 30% de adicional de periculosidade no Suape, independentemente da atividade; participação nos lucros referente a 440 horas de trabalho, o que dá dois salários a mais por ano; cesta básica; folga no dia em que o trabalhador recebe, para ele poder ir ao banco pagar suas contas; e folga também para quem é de longe, para que a pessoa possa visitar a família periodicamente. Quando as obras estavam vindo para cá, conseguimos curso de terraplanagem com o Senai para treinar de 600 a 800 trabalhadores locais. Depois, o próprio governo começou a qualificar as pessoas. Mas agora você vai treinar para trabalhar onde? Não tem emprego, nem aqui, nem em lugar nenhum no país”. ▾





Violação do direito ao trabalho

Martha Neiva Moreira

Coordenadora de Comunicação do Ibase

Desde 2006, quando foi lançada a pedra fundamental para a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), a população das cidades vizinhas ao empreendimento da Petrobras ficou em polvorosa com a promessa dos 200 mil empregos a serem gerados. Hoje, as obras estão paradas e a previsão para o início da operação é só em 2023.

A despeito da crise que se abateu sobre a Petrobras, um olhar mais atento para a região no entorno do Comperj revela uma realidade que se repete em todo o Brasil quando megaempreendimentos, que nascem como uma fonte de esperança para milhões de trabalhadores, tornam-se, na verdade, uma frustração.

Em 2015, a equipe de pesquisadoras do projeto Indicadores de Cidadania (Incid), do Ibase, fez uma pesquisa em 14 municípios da região impactada pelo Comperj (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema, Tanguá, Teresópolis e Silva Jardim) para aferir qual o esforço do

poder público local para garantir a formação para o trabalho nessas localidades, onde haveria demanda por profissionais técnicos e especializados. O projeto Incid, para quem não conhece, é um sistema de indicadores criado pelo Ibase capaz de aferir o grau de cidadania em diferentes territórios. O projeto piloto foi aplicado durante cinco anos nos municípios citados acima, todos eles impactados pelas obras do Comperj.

A pesquisa daria subsídios para a construção do indicador *Direito à educação – garantia de oferta de ensino técnico e profissional*. No entendimento da equipe do projeto, “ao promover políticas de formação técnica e profissional no eixo da educação, o poder público não apenas instrumentaliza as(os) trabalhadoras(es), mas dá condições para que as pessoas ingressem no



mercado de trabalho com maior autonomia e possibilidade de escolha”. O que se revelou, no entanto, foi algo bem distante dessa realidade e que se constitui em mais um aspecto interessante para se refletir sobre a questão do trabalho no Brasil, como propõe este debate da revista *Trincheiras*.

Os estudantes de Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu e Casimiro de Abreu que desejassem cursar um ensino técnico tinham que recorrer às escolas dos municípios vizinhos.

A partir do levantamento realizado, o primeiro dado que chamou a atenção das pesquisadoras foi que os municípios de Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu e Casimiro de Abreu não apresentaram informações de matrícula no ensino técnico e profissional, o que indicava, à época, que as/os estudantes desses municípios que desejassem cursar um ensino técnico deveriam recorrer às escolas dos municípios do entorno.

Já nos municípios de Guapimirim, Maricá e Tanguá havia registro de matrículas apenas na rede privada, possivelmente por não haver oferta dessa modalidade de ensino na rede pública de educação. Niterói se destacou por concentrar o maior número de matrículas, tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino, o que era explicado pela possibilidade de esse município absorver a demanda dos municípios do entorno.

São Gonçalo, Nova Friburgo, Itaboraí e Teresópolis apresentaram taxas de matrícula no ensino técnico profissional acima de mil, sendo o número maior de matrículas no ensino privado. A equipe do Incid também descobriu que, em todos os municípios em que havia matrículas no ensino profissional nas redes pública e privada, o número de matrículas na rede privada superava o número de matrículas na rede pública. Esse dado permitiu inferir que, não sendo garantido pelo Estado, a oferta de ensino técnico e profissional passou a ser um mercado promissor na região.

Essa tendência, observada nos 14 municípios de atuação do Incid no entorno do Comperj, acompanhava, no ano passado, a tendência observada no estado do Rio de Janeiro, onde também foi verificado maior número de matrículas na rede privada. O número de matrículas no ensino técnico profissional na região pesquisada também correspondeu a aproximadamente 12% do total de matrículas nesse segmento de ensino do estado do Rio de Janeiro no ano de 2013.

A garantia da população ao direito à formação de ensino técnico e profissional ficou muito aquém da crescente demanda gerada pela instalação do Comperj na região.

Diante desse cenário, a garantia do direito à formação da população por meio da oferta de ensino técnico e profissional ficou muito aquém da crescente demanda provocada pela instalação do Comperj na região, o que revelou a incapacidade do poder público de prover condições de acesso ao mundo do trabalho para populações que teriam total condição de ocupar esses postos de trabalho com preparação adequada.

É bom lembrar que a oferta de ensino técnico e profissional pelo Estado brasileiro é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que estabeleceu o Ensino Médio como nível base para cursar essa modalidade de ensino e passou a exigir que todas as alunas e alunos desse segmento tivessem um mesmo conjunto de disciplinas obrigatórias, que poderiam ser complementadas, mas não substituídas, pela formação profissional. Além da LDB, em outubro de 2011 o governo federal sancionou a Lei 12.513, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec),

colocando toda a política de ensino profissional e técnico do país no escopo do Ministério da Educação. Finalmente, há um conjunto de portarias e resoluções que asseguram aos trabalhadores e trabalhadoras o direito à qualificação por meio de ações do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), implementado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e articulado com as políticas educacionais.

A realidade vivida por muitos dos trabalhadores que vivem na região impactada pelas obras – agora paradas – do Comperj se repete em outras localidades do país e deixa para nós, sociedade civil organizada, uma reflexão sobre o papel do poder público na garantia de acesso ao mundo do trabalho.

Diante de um contexto tão complexo como esse, revelado pela pesquisa do Incid, em que o próprio Estado não oferece formação técnica e profissionalizante adequada, resta o desafio para a cidadania ativa de se organizar e estabelecer uma frente ampla dos movimentos sociais, partidos e entidades no fortalecimento do direito ao trabalho. ▀





REPORTAGEM

Jogos da Exclusão: um legado negado à cidadania

Pedro Martins

Jornalista do Ibase

5

União dos povos, legado para a cidade e prática de esporte – esses são alguns elementos que nos vêm à cabeça quando pensamos nos Jogos Olímpicos. Entretanto a realidade da preparação da cidade do Rio de Janeiro para a recepção dos Jogos de 2016 remete a um conceito oposto aos valores expostos no início do texto: a exclusão. Ao longo do processo de obras que reconfigurou muitos pontos da cidade, o que se viu foram violações de direitos e o desenvolvimento de um projeto voltado para atender os interesses do capital. Tudo isso gerou um grande número de excluídos – excluídos do direito à moradia, do direito à cidade, e até mesmo da prática do esporte –, algo bem diferente das peças publicitárias que compunham a campanha da cidade para sediar mais um megaevento. E, para garantir a implementação do projeto, não poderia faltar o reforço da militarização nas favelas, um elemento que ajudou a garantir a exclusão de forma “pacífica” e destinou a esses territórios um controle excessivo dos corpos e violência cotidiana.

No total, foram mais de 22 mil moradias removidas sem um amplo debate com a sociedade e com as populações afetadas; cerca de R\$ 24 bilhões gastos para as obras da Olimpíada, deixando setores como educação e saúde precarizados, além de atrasar salários de servidores públicos; e fechamento de aparelhos esportivos utilizados para treinamento de atletas. Esses foram alguns dos ingredientes para a implementação do projeto olímpico no Rio de Janeiro. As consequências dessa política materializaram-se no decreto de calamidade pública do estado do Rio de Janeiro por conta da crise financeira. Contudo, após a União anunciar a liberação de R\$ 2,9 bilhões para o estado, o governador em exercício Francisco Dornelles (PP) foi claro: “Esse aporte não é para o Rio,

é para a Olimpíada”. A declaração foi dada em 20 de junho, quando o governo estadual ainda não havia pago integralmente os salários de servidores públicos, de aposentados e de pensionistas. Somente a metade dos rendimentos havia sido depositada, seis dias antes.

Diante dessa realidade, é possível fazermos uma espécie de *tour* por alguns elementos que compõem os direitos negados em troca de um modelo de cidade voltado para os grandes negócios. Além disso, também vale visitar as atividades que são realizadas para criticar esse projeto, lembrando que ele não vai muito além desse evento específico. Trata-se de um projeto de cidade em que a cidadania ativa, ou seja, a participação da população na definição dos rumos da cidade, é negligenciada para que os negócios do capital possam fluir. Enquanto os Jogos Olímpicos durarão 16 dias, os Jogos da Exclusão passam a nítida impressão de que permanecerão por muito tempo na cidade do Rio de Janeiro.

Remoções e a realocização dos pobres da cidade

É impossível falar em obras para Copa do Mundo e Olimpíada sem abordar as remoções na cidade do Rio de Janeiro. Os argumentos do poder público para remover foram baseados em quatro pontos específicos: implementação de obras viárias e corredores de transporte, como a Transolímpica e a Transcarioca; instalação de equipamentos esportivos, como as obras do Parque Olímpico; obras de reconfiguração urbana da zona portuária e áreas ditas de risco ou interesse ambiental.

Segundo o *Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíada do Rio de Janeiro*, [1] o percurso desse trajeto, que passa por regiões como Madureira, Jacarepaguá, Recreio, Centro, Curicica, entre outras áreas da cidade, tirou



Mais de 22 mil moradias foram removidas sem um amplo debate com a sociedade e com as populações afetadas.



22.059 famílias de suas casas. Dentre as comunidades atingidas, algumas foram vítimas de violência constante e também exemplo de resistência. Um caso a ser destacado é o da Vila Autódromo, localizada ao lado do Autódromo de Jacarepaguá, área que foi destinada à construção do Parque Olímpico. Sob essa justificativa, as ameaças de despejo e o controle sobre os moradores do local foram constantes.

Natália Silva mora na Vila Autódromo há mais de vinte anos e já passou por outros processos de tentativa de desocupação da comunidade por parte do poder público. Ela avalia que a remoção da comunidade sempre teve como grande objetivo atender os interesses do mercado imobiliário,

chegando inclusive a mudar as configurações dos bairros: “A Olimpíada foi pretexto para remover a comunidade por conta do interesse da especulação imobiliária. Aqui sempre foi Jacarepaguá e, de repente, com a valorização do local, virou Barra da Tijuca. Sempre falamos Autódromo de Jacarepaguá”.

Além de atender os interesses do mercado imobiliário, Natália avalia que também se trata de uma política “higienista”, pela qual se retiram os pobres do local visando sua consequente valorização. Confirmando o ponto de vista de Natália, o empresário Carlos Carvalho, considerado um dos “donos” da Barra da Tijuca, declarou abertamente em entrevista ao site da BBC, [2]: “Como é que você vai botar o pobre ali? Ele tem que morar perto porque presta serviço e ganha dinheiro com quem pode, mas você só deve botar ali quem pode, senão você estraga tudo, joga o dinheiro fora”. Carvalho é dono do terreno onde está sendo construída a Vila dos Atletas e sua empresa, a Carvalho Hosken, é uma das integrantes do consórcio que constrói o Parque Olímpico.

Apesar de toda a situação adversa, a resistência dos moradores da Vila Autódromo trouxe resultados. Diante das tentativas anteriores de remoção e das intervenções violentas da Guarda Municipal para a retirada de moradores e demolição de imóveis, os moradores elaboraram o *Plano popular da Vila Autódromo*, com o auxílio de arquitetos e urbanistas da UFF e da UFRJ. Natália Silva explicou que o projeto inicial previa a permanência das seiscentas famílias que moravam no local, mas não foi aceito pela Prefeitura.

A batalha se estendeu, e o prefeito Eduardo Paes chegou a dizer que o “miolo” da comunidade seria preservado, mas, com o avanço das demolições e a desistência de muitos moradores de tentar permanecer no local por conta das pressões sofridas, o plano que está sendo implementado na Vila Autódromo prevê a construção de vinte casas no local. Mesmo com um número abaixo do desejado, a construção das casas é vista como uma conquista: “Vejo como vitória por ficarmos aqui de fato, mesmo não sendo nas nossas casas, como queríamos, mas em casas que estão sendo construídas. Meu desejo era permanecer nesta casa, mas não deixa de ser uma vitória, por ser o local de que a gente gosta e onde quer ficar”. A moradora da Vila Autódromo ainda faz

“A comunidade não é contra esportes ou Olimpíada, mas não concorda em utilizar o evento para fazer higienização social da cidade.”

Natália Silva



Vila Autódromo resiste



questão de frisar que não se trata de ser contra a Olimpíada: “A comunidade não é contra esportes ou Olimpíada, mas sim contra usar esse evento para fazer higienização social da cidade. É um evento feito com a dor e o sofrimento de muita gente. E isso não é passado para o mundo, a grande mídia não aborda isso”, lamenta Natália Silva.

Paradoxo: evento esportivo que exclui atletas

A política de remoções para a realização dos jogos não afetou somente as pessoas que moravam em locais interessantes ao capital imobiliário. Por incrível que pareça, também sofreram com o despejo atletas do principal local de treinamento para atletismo no Rio de Janeiro, o Estádio Célio de Barros. Fechado desde janeiro de 2013, o local era o único espaço na cidade com instalações de treinamento para todos os esportes das competições de atletismo. Além dos atletas que ali treinavam, também foram prejudicados diversos jovens e crianças que também utilizavam o espaço. A falta de equipamentos esportivos públicos é uma realidade em todo o estado, que segue o modelo privatista de outros setores.

Solange do Valle: perdas muito além dos resultados dos atletas



“Estamos sendo punidos por sediarmos a Olimpíada”.

Solange do Valle

Ainda sem definição sobre o que será feito no futuro com a pista de atletismo que foi desmantelada, o Célio de Barros abrigará as instalações de broadcasting para as emissoras que farão a cobertura dos Jogos. Nesse período, os atletas do Rio de Janeiro tiveram que recorrer a espaços sem estrutura ideal, além de algumas pistas militares da cidade, como a do Campo dos Afonsos. A coordenadora técnica de atletismo e presidente da Associação de Atletas do Célio de Barros Solange do Valle afirma que as perdas com o fechamento do estádio vão muito além dos resultados esportivos de atletas. Para ela, há uma grande perda social, uma vez que o espaço era uma referência para diversos jovens, que, mesmo que não seguissem carreira de atleta, acabavam descobrindo outras aptidões e tornando-se fisioterapeutas, nutricionistas, professores de educação física etc., mantendo uma ligação profissional com o esporte descoberta naquele espaço. Ao ver seu local de trabalho fechado, sem nenhuma consulta aos que nele treinavam, Solange fala algo que parece contraditório para quem trabalha com esporte: “Estamos sendo punidos por sediarmos a Olimpíada”.

A coordenadora técnica se declara espantada, pois a situação parecia temporária, mas se encontra ainda sem nenhuma definição. Ela também lamenta a falta de planejamento para o esporte e o fato de nenhum dos governos ter pensado numa alternativa para substituir o espaço do Célio de Barros, mesmo que os custos de uma pista de atletismo sejam relativamente baixos. Para se

ter ideia, pesquisando no Portal da Transparência, é possível verificar que o gasto máximo com a construção de uma pista de atletismo é de R\$ 10 milhões. Enquanto isso, a ciclovia que foi derrubada pelas ondas da ressaca do mar em São Conrado custou cerca de R\$ 44 milhões. Ou seja, com o montante gasto na obra mal projetada, que acabou destruída e causando duas mortes, poderiam ser construídas, com folga, quatro pistas de atletismo.

Wellington Simas, técnico de atletismo, revela que a rotina de treinamento cada dia em um lugar diferente também compromete o rendimento dos atletas. Ele ressalta a importância desses elementos extrapista para seu desenvolvimento: “Nós sofremos, por exemplo, com o transporte para os diversos lugares de treino. A gente espera o ônibus de outras modalidades chegar para poder sair. Com o tempo perdido em deslocamento, a parte laboral do treinamento é prejudicada”.

Solange e Wellington defendem que o esporte deveria ser incentivado rotineiramente nos espaços públicos, como, por exemplo, as escolas. Esse contato estimularia o desenvolvimento de jovens atletas, que, quando fossem treinar, já chegariam com uma noção maior do próprio corpo. A realidade da rede pública de ensino, entretanto, é extremamente precária – professores em greve e escolas ocupadas por estudantes, em protesto contra a falta de condições imposta por políticas que não privilegiam o setor.

Toda essa realidade de exclusão e baixos investimentos acarreta muitas vezes o abandono do esporte, por não só desestimular como também

dificultar a conquista dos resultados esportivos. Com isso, mesmo para aqueles que praticam esporte, até para quem vive do esporte, a pergunta que fica é a que Solange do Valle faz a todo momento: “Que legado é esse que tudo vai sendo negado?”.

Calamidade: falta de salários e militarização

E quem achava que, com a proximidade dos Jogos, para exibir uma imagem positiva, a realidade seria diferente, se enganou. No dia 17 de junho o governador em exercício do Rio de Janeiro Francisco Dornelles (PP) decretou estado de calamidade pública devido à grave crise financeira enfrentada pelo estado. A situação atual é composta por atrasos constantes dos salários de servidores públicos, inclusive o parcelamento em duas partes do salário referente ao mês de maio. Além dos salários atrasados, as



condições da rede estadual de saúde e de educação são precárias, por falta de investimentos. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) chegou a cortar os pagamentos da empresa que realizava a faxina, ficando com pontos insalubres por falta de limpeza.

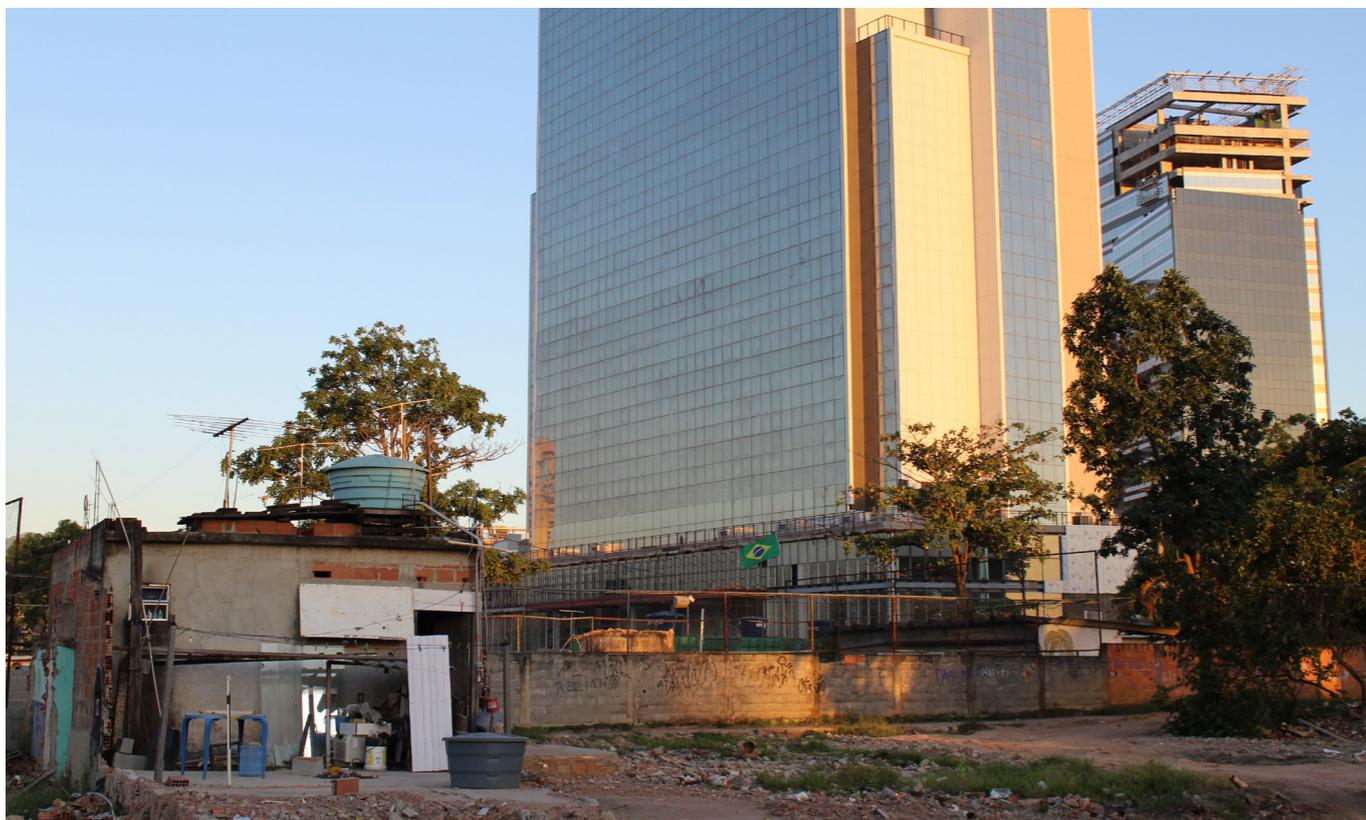
Todo o caos instalado tem raízes em políticas de longa data. Segundo o Tribunal de Contas do Estado, entre os anos de 2008 e 2013 o Rio de Janeiro deixou de arrecadar R\$ 138 bilhões em ICMS por ter concedido isenções fiscais a empresas que se instalaram no estado. Para entender melhor a situação, o valor é mais do que o dobro do que será arrecadado em 2016 e, segundo cálculos, daria para pagar os salários do funcionalismo público por aproximadamente cinco anos. Mesmo com todos esses problemas, o decreto de calamidade pública fez com que a União liberasse R\$ 2,9 bilhões para o Rio de Janeiro, que, segundo Dornelles, serão direcionados exclusivamente para as obras da Olimpíada.

Até o momento, a alternativa apresentada pelo governo para sair da crise é seguir a proposta do presidente interino Michel Temer e congelar

Entre 2008 e 2013, o Rio deixou de arrecadar R\$ 138 bilhões em isenções fiscais para que empresas se instalassem no estado. Daria para pagar o salário do funcionalismo por 5 anos.

os salários do funcionalismo. Para isso, foi enviado um projeto de lei (PL 257) à Assembleia Legislativa, prevendo o congelamento até 2018. Aline Dias é professora da rede estadual de educação, que se encontra em greve, e falou sobre as consequências que tal medida pode trazer caso seja aprovada: “Quando o Dornelles diz que esse dinheiro é para a Olimpíada, deixa muito claro quais são as prioridades do estado. Estamos falando da precarização de todos os serviços públicos. Os professores não têm reajuste desde 2014. Se a PL 257 for aprovada, receberemos em 2018 o mesmo salário que recebemos em 2014; ou seja, é o fim da estabilidade”.

Além dos servidores, as favelas e periferias da cidade também estão bem distantes de qualquer legado olímpico positivo. A realidade é que, em vez de investimentos em infraestrutura e melhoria das condições de vida dessas populações, o que se vê é o aumento da repressão e o controle militar desses territórios. A lógica de que os pobres são os inimigos da cidade permanece, se aprofunda e traz mais violações de direitos, como relata Fransérgio Goulart, do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro: “As consequências que estamos vivendo com a aproximação dos jogos é de megaoperações diárias, em que a Polícia Civil



(Core) tem sido a principal violadora de direitos e também a arma desse genocídio nas favelas. As invasões arbitrárias de nossas casas são mediadas por mandados coletivos de busca, expedidos por outro instrumento racista do Estado, o Judiciário”. Com relação ao genocídio citado por Fransérgio, os números alarmantes de assassinatos de jovens negros pela polícia incentivaram, inclusive, uma campanha da Anistia Internacional. A campanha denuncia que, dos 56 mil homicídios cometidos no Brasil em 2015, 30 mil foram de jovens entre 15 e 29 anos e, desses, 77% eram negros.

Com toda a violência envolvida para garantir que os pobres e favelados não participem da festa olímpica, Fransérgio ainda é capaz de ver um ponto positivo no fato de a cidade sediar os Jogos de 2016: “Um aspecto positivo nesse cenário é que estamos conseguindo estabelecer um diálogo com a mídia internacional para dizer que essa Olimpíada está sendo realizada a partir do sangue do povo negro, pobre e favelado”. Essa atenção internacional possibilitou que movimentos e defensores de favelas conseguissem construir uma rede mútua de apoio e proteção, com destaque para o Fórum de Juventudes e a Rede de Comunidades contra a Violência.

Movimentos preparam atos denunciando a exclusão e o ataque à democracia no país

A fim de dialogar sobre todo esse legado da Olimpíada, movimentos sociais e organizações da sociedade civil estão preparando uma série de manifestações de denúncia das violações de direitos. Essa série de eventos, chamada “Rio 2016: Jogos da Exclusão”, prevê atos entre 1º e 5 de agosto, iniciando com a “Vigília da Dignidade” e encerrando com um grande ato no dia da abertura dos Jogos.

Diretor executivo da ONG Koinonia e um dos organizadores da “Vigília da Dignidade”, Rafael Soares de Oliveira relata que, além das violações já conhecidas, a Vigília ganhou um elemento novo com a ruptura institucional instaurada pelo processo de impeachment. Segundo Rafael, os trâmites impostos no afastamento da presidenta Dilma Rousseff têm como motivação a implementação de projetos

“Um aspecto positivo é que estamos conseguindo dialogar com a mídia internacional e mostrar que essa Olimpíada estão sendo construídas a partir do sangue do povo negro, pobre e favelado.” **Fransérgio Goulart**

conservadores: “Dignidade e democracia se colocam como urgentes neste momento, em que presenciamos o avanço de um campo conservador e truculento que está se sentindo à vontade com o golpe institucional”.

Com essa ruptura institucional, Rafael avalia que as violações de direitos tendem a crescer ainda mais, pois o que está em jogo são interesses políticos que não preveem a

Wellington Simas, técnico de atletismo, lamenta o tempo de treino perdido



participação cidadã para decidir os rumos políticos do país: “Trata-se de um arranjo com interesses de cúpula do empresariado, sem a participação da população em seus territórios. Dá para comparar com o que aconteceu nos megaprojetos da Amazônia – um projeto político frágil cuja participação popular não era institucionalizada. Nos governos puro-sangue do PMDB abriu-se ainda mais espaço para que isso ocorresse de forma legitimada”.

Como disse a treinadora Solange do Valle, o legado dos Jogos Olímpicos vai deixando sua marca com aquilo que é “negado” à maioria da população. Sob o pretexto da organização do megaevento que durará apenas 16 dias, foi possível reorganizar a cidade e afastar tudo e todos que podem representar qualquer empecilho à fluidez dos negócios, seja do mercado imobiliário ou de qualquer outra área, como o turismo e até mesmo o esporte. E, caso haja algum empecilho, a política de segurança se apresenta com reforço militar cada vez mais forte, para garantir a tranquilidade do capital. Os Jogos da Exclusão estão aí e parece que o plano é que durem para além do mês de agosto de 2016. ♡

Os Jogos da Exclusão farão atos entre 1º e 5 de agosto, iniciando com a Vigília da Dignidade e encerrando com um grande ato no dia abertura dos Jogos.





CONJUNTURA NACIONAL

Brasil: democracia aprisionada

Cândido Grzybowski
Sociólogo, diretor do Ibase

São evidentes os impasses do processo que vive o Brasil. Estamos mergulhados numa crise de difícil solução no horizonte visível, ainda mais porque o processo político está nos levando a tensões e rupturas graves em termos democráticos, que alimentam a crise e a potencializam, num ciclo vicioso de desmonte de conquistas importantes dos últimos trinta anos. O “pacto democrático” celebrado com a Constituição de 1988 está ameaçado na sua essência – a busca de um sistema de proteção social universalizante que enfrente desigualdades e exclusões sociais e de padrões minimamente dignos de direitos e de cidadania a todos, sem discriminações. Com isso, perde a própria democracia, como processo virtuoso de disputas para a inclusão e a emancipação social, tornando-se apenas um rito formal para a manutenção do *status quo*.

Diante de um contexto tão ameaçador, e ao mesmo tempo volátil, a necessária análise de conjuntura do ponto de vista da cidadania ativa e da democracia radical exige um enorme esforço para distinguir o movimento orgânico do ocasional; o que se move nas entranhas daquilo que não passa de irrupções, trapalhadas, golpes baixos, idas e vindas de personagens, alguns de segunda categoria, que ocupam o palco e desenvolvem a cena. Qual o enredo? Quem o comanda? O que está realmente mudando e o que não passa de algo que acaba em si mesmo? Reconheço que só é possível garimpar algumas pistas em meio a tamanha confusão e tecer algumas hipóteses, mais do que conclusões. Espero que isso possa contribuir para o debate e a produção de uma compreensão necessariamente coletiva.

Legalidade e legitimidade na democracia

A primeira questão pela qual passa a crise brasileira é que estamos diante de uma perigosa ruptura do equilíbrio e do cuidado permanente entre legitimidade ética fundante e legalidade instituída, que dão consistência e vida a uma democracia substantiva. A legitimidade é conferida pela cidadania, força instituinte e constituinte da legalidade. Nunca são ou devem ser os representantes eleitos, pois seu poder de legalizar direitos ou não, legislar, criar instituições, definir e implementar políticas é derivado, não originário. Leis precisam mudar e mudam efetivamente na história das democracias, porque novas demandas por novos direitos e políticas surgem no seio da sociedade e são postos no espaço político pela sua cidadania ativa. As leis são o reconhecimento e a formalização do que vem da sociedade, por meio da cidadania viva.

Pois bem, estamos mergulhados numa crise política em que a escolha legítima da cidadania em eleições majoritárias é desqualificada em nome da legalidade de um processo de impedimento da presidenta eleita. O processo é formalmente legal, porque está previsto na Constituição e as regras estão sendo seguidas, mas é um golpe ilegítimo porque é contra a maioria que escolheu a presidenta Dilma. Trata-se, portanto, de um golpe contra a legitimidade da cidadania – instituinte e constituinte – em nome da legalidade. O governo posto no poder no lugar de quem foi eleito é um golpe, com amparo na lei, contra a vontade da cidadania. Tal poder não emana

do povo, tal como é reconhecido pela Constituição. Artimanhas legais que desqualificam o voto são ilegítimas e levam ao próprio descrédito de partidos e representantes eleitos. É o que estamos vivendo.

Aí está a primeira questão – orgânica – da atual conjuntura: é um golpe de tipo novo dentro da institucionalidade democrática. Está ocorrendo no mundo todo, com mecanismos os mais diversos. Tal disputa e impasse democráticos só poderiam ser resolvidos de forma legítima pela cidadania participativa, nas ruas, por meio de redes e fóruns, do debate público, do voto, mas até isso pode ser insuficiente, como mostram Grécia e Espanha. Não teremos democracia para valer enquanto a cidadania não decidir legitimamente o rumo que quer imprimir ao país, elegendo representantes e reconhecendo seus partidos como instituições válidas e capazes para a tarefa. Plebiscito? Eleições gerais? Constituinte exclusiva para a reforma



política? Radicalização da disputa por meio da democracia direta? O que fazer como cidadania é o debate que a conjuntura nos impõe. Uma certeza dá para ter: nada a esperar do governo Temer, a não ser mais e mais crise, coisa que até os que queriam o impedimento legal de Dilma começam a perceber. E, como a legitimidade do governo Dilma foi posta em questão, não vejo outra saída que não nós mesmos, os cidadãos, decidirmos a parada. Como? De novo, a legalidade pode se sobrepor à legitimidade e a crise pode continuar, pois não temos um dispositivo legal para isso e nada indica que o Congresso atual é sensível a tal demanda, o que me leva ao segundo indício de um processo de fundo, orgânico, que opera contra a democracia.

A ardilosa construção do assalto ao poder democrático do Estado

A perda de hegemonia dos princípios e valores inspiradores da democracia foi o primeiro indício do processo que criou as condições para o golpe ilegítimo, porém legal. A esquerda chegou ao poder estatal nacional com Lula e o PT. Mas, ao priorizar a conquista do poder, o PT renunciou a seus valores éticos e projeto, adotando os mesmos meios dominantes da cultura política brasileira e, pior, renunciando a ser a força de transformação democrática – sua novidade e inspiração como partido. Tal estratégia de alianças e de conciliação de classes – perdendo a chance de mudar a política em nome da governabilidade – está na origem da crise à qual assistimos hoje. Sem dúvida, foi um governo diferente e inovador e, bem ou mal, foi o que mais conseguiu avançar na agenda derivada do “pacto democrático” da Constituição de 1988, mas nada de mudanças estruturais na agenda do governo. Pior, para ganhar e manter o poder, o PT adotou práticas ilegítimas – mesmo quando legais – de financiamento empresarial. Os governos petistas foram baseados em um tripé pelo qual se garantia a “preservação dos privilégios de propriedade”, o crescimento econômico a todo custo e, em terceiro lugar, as condicionalidades sociais de recuperação do salário mínimo e de financiamento dos gastos com políticas sociais minimamente inclusivas em relação ao consumo. O projeto de reformas estruturais, na economia e na política, para a cidadania plena foi simplesmente adiado pelos governos do PT.

O Congresso hoje representa mais uma corporação de interesses privados do que legítimas correntes de opinião e projetos.

O problema é que o “governo de conciliação” – de pragmatismo político, mas não de estratégia de transformação – acabou destruindo a própria hegemonia de princípios e valores democráticos no seio da sociedade civil brasileira. O pilar econômico, baseado na demanda por *commodities* da China, se revelou sem fundamento e insustentável, totalmente extrativo e destrutivo de recursos naturais, além de socialmente predatório dos territórios e suas populações. O resultado disso hoje é que defender indígenas e reservas, quilombolas, reforma agrária e agricultores familiares, favelas e periferias de metrópoles contra remoções, militarização e violências de todo tipo, querer a sustentabilidade socioambiental e a justiça social chega a ser criminalizado. Por outro lado, virou agenda no Congresso atacar direitos para a diversidade étnica e de gênero, para a liberdade de opção por modos humanizados e amorosos de organizar famílias e, pior: não reconhecer os excluídos e pobres como detentores de direitos básicos de cidadania. Reduzir direitos e a maioria penal, criminalizar defensores de direitos, rever o Estatuto do Desarmamento, tudo pode virar legal. Até já temos uma lei antiterrorismo, sem que se defina claramente quem e que ações podem ser qualificadas como terroristas. Isso sim é um atentado à essência da democracia. Criou-se, por meio de monopólio real e capacidade de colonização pela

grande mídia, uma grande onda conservadora contra a cidadania e direitos emancipatórios, em última análise. Tudo o que é pró-inclusão virou contrário ao mercado da competição, onde, como nas selvas, vence o mais forte.

Em tal “ambiente midiático e político” prosperaram oportunismos e oportunistas de todo tipo. O levante cidadão um tanto ou quanto anárquico de 2013 – formado por novos atores sociais e questionando os representantes e partidos pela incapacidade de captar suas demandas – acabou alimentando uma onda crescente de insatisfações que foi habilmente manipulada pela mídia e certos grupos jovens financiados por grandes interesses econômicos. Para completar, o necessário ataque à corrupção tornou-se um instrumento judiciário de desmoralização seletiva, potencializado pela grande mídia. Daí para as grandes manifestações de 2015 e 2016 contra o governo eleito e a favor do impedimento – que, de orgânico, tiveram o fato de serem predominantemente brancas, do

centro-sul do país e com renda média muito superior à média nacional –, o passo foi curto. Nesse cenário, camisetas da Seleção Canarinho deram cor ao velho nacionalismo da “tradição, família e propriedade”.

O Congresso serviu de fachada da legalidade ao assalto ao poder, contra a legitimidade conferida pelo voto à presidenta Dilma. Como um câncer orgânico antidemocrático – dada a forma legal e ilegítima da maioria, formada por partidos oportunistas, e a forma corrompida do processo eleitoral pelo financiamento empresarial –, o Congresso hoje representa mais uma corporação de interesses privados do que legítimas correntes de opinião e projetos – democráticos, libertários, conservadores e até autoritários. A bancada BBB – “boi, bala e bíblia” – estão acima de partidos, formando uma ampla maioria sem projeto de país, mas com poder de destituir até governos democraticamente eleitos. Diante de agendas escusas, para articular politicamente basta ser oportunista e beneficiário de tal esquema, como o presidente da Câmara afastado Eduardo Cunha, já em processo de cassação. Isso se aplica aos principais líderes, seja na Câmara ou no Senado, e nem a mídia golpista consegue esconder. O importante é que esse Congresso, embora legal, nada tem a ver com a cidadania. Como foi constituído? Eis aí uma nova negação que a legalidade impõe à legitimidade. Nada mais urgente que uma reforma política, ou, mais precisamente, uma reforma da política – como espaço público e bem comum fundamental na democracia – e do sistema partidário e eleitoral que lhe dá suporte.

Num quadro assim, é fácil entender como se armou o golpe legal ao poder estatal instituído. Bastou radicalizar a política de conciliação de elites em vista de restabelecer o empedernido status quo. As políticas conciliadoras de



“capital e trabalho” – para ser direito e simples na caracterização dos governos petistas – não mais interessavam. Aí as raposas e os capachos de sempre da nossa cultura política, alojados especialmente no PMDB, estavam de prontidão para o assalto. Até porque, nessas situações, o poder cabe legalmente ao vice-presidente, Michel Temer. Com que legitimidade? O governo Temer, interino até o final do processo do impedimento, que quer se legitimar como sendo anticorrupção, a cada dia se vê envolvido com o câncer da corrupção em seu próprio seio. A sede ao pote do poder foi grande demais. O poder em torno de Temer carece de legitimidade mínima. Pode ser útil às forças e interesses dos “donos de tudo”, mas podemos esperar uma crise ainda pior para a cidadania e a democracia no Brasil.

Radiografia das forças de ocupação do poder “democrático”

Em Brasília, personagens de biografia duvidosa estão formalmente no comando oficial. Existe poder real, sim, mas ele está na sombra e opera pelo poder do dinheiro, já que seus votos são poucos. Temos um punhado de banqueiros, mas muito grandes e com poder de fazer ministros da Fazenda e presidentes do Banco Central. A esses parasitas e especuladores – já que não produzem riqueza, apenas a abocanham, legal ou ilegalmente – se juntam as vinte mil famílias que, com os banqueiros, detêm os tais “direitos” sobre a dívida pública. Só para lembrar, fora as taxas e os juros bancários cobrados de cada correntista, o bolo apropriado pelos banqueiros e “investidores” na dívida pública consome em torno de 50% do orçamento federal. Esse negócio de juros altos e seguros, pois do Estado, são um verdadeiro negócio da China. Na verdade, é uma forma de reprivatização espúria dos impostos que pagamos. No entanto, os bodes expiatórios oficiais da crise fiscal são a Previdência Social, a Saúde e a Educação, não os escandalosos juros da dívida. É necessário reduzir os gastos sociais para “honrar” e pagar generosamente a exploração feita na surdina por banqueiros e especuladores!

É necessário reduzir os gastos sociais para “honrar” e pagar generosamente a exploração feita na surdina por banqueiros e especuladores!

Seria fácil se a questão do poder real, que vive às sombras, estivesse restrita a esse pequeno grupo, que representa algo em torno de 0,5% da população do Brasil, se considerarmos famílias extensas, de bisavós e avós a netos e bisnetos. Faltam outras “minorias” de muito poder para chegar ao 1% que está contra os 99% de cidadania e democracia no Brasil. Temos o grupo do agronegócio, com cerca de 70 mil pessoas, os verdadeiros donos de “gado e gente”, que detém quase um quarto do território nacional – cerca de 200 milhões de hectares de terras, uma média aproximada de 2.500 hectares cada. A agricultura voltada inteiramente para o mercado contamina até parte importante dos quatro milhões de famílias de agricultores familiares, mas o conjunto de terras controladas por eles não chega a 50 milhões de hectares. Esses são números imprecisos, apenas para mostrar a escandalosa desigualdade estrutural na nossa agricultura em termos econômicos e de poder. E que poder!

Temos um muito poderoso punhado de grandes empresas, verdadeiros conglomerados econômicos e financeiros. Afinal, o capital se move em direção à concentração, e não à distribuição de riquezas. Estão na indústria, no comércio, na construção e na infraestrutura, na energia, no extrativismo. É o grupo mais globalizado e que busca acumular mais e mais, sem limites sociais ou ambientais. Seria errôneo confundir esse grupo com as empresas multinacionais controladas do exterior e que são parte da economia brasileira. Estas integram a fração de nossos

donos reais do poder, porém como associadas e, portanto, muito reverenciadas pelas outras frações. O fato é que, no contexto da globalização, ocorreu uma verdadeira multinacionalização de grupos brasileiros, com investimentos produtivos no exterior, com controle de empresas e, sobretudo, inversões especulativas, grande parte não declarada e em paraísos fiscais. O imperialismo está entre nós e funciona pela lógica da globalização de mercados e capitais. Para esse grupo, o Brasil é apenas um território de acumulação numa estratégia que é global, sem fronteiras ou veleidades nacionalistas.

As pouquíssimas famílias donas da grande mídia também integram esse grupo, acima da cidadania e da democracia. Trata-se de uma mídia-negócio, e não de produção do bem público da informação e comunicação. Estrategicamente, esse pequeno grupo é o calcanhar de Aquiles do poder na sombra. Seu papel no forjar um modo de ver e agir na sociedade brasileira não sofre nenhum controle e se beneficia de publicidade oficial, do governo e das estatais, mais do que proporcional. Não avançamos absolutamente nada em termos de democratização da mídia. A favor da cidadania e da democracia, temos o livre e anárquico espaço da internet, cada vez mais em disputa, pois hoje é uma grande frente de negócios inovadores de grandes conglomerados voltados à acumulação capitalista. O problema da mídia e da grande concentração privada é a capacidade de colonizar nossas cabeças e corações, ditar o que e como sonhar. Trata-se de um poderoso aparato de hegemonia que deveria gravitar, ao menos, em torno do interesse público, pois é um bem comum fundamental para qualquer democracia. Liberdade de proprietários não é e nunca foi liberdade de expressão essencial para a democracia.

Os donos do poder no Brasil têm a seu favor uma renovada onda de globalização neoliberal e, sobretudo, uma onda ainda mais regressiva em termos de democracia, extremamente fundamentalista nos dogmas de mercado que defende, intolerante com a diversidade, pois seu padrão é a homogeneização total – de mercados, valores e culturas –, conservadora quanto a costumes e individualista, tendo o sucesso pessoal como ideal. Sob a égide desse pequeno, mas complexo e contraditório grupo de poderosos, gravita um conjunto expressivo, ainda mais contraditório e complexo, de classes médias. Não estou falando daqueles 50 milhões erroneamente chamados de novas classes médias pelo ex-ministro Nery e ufanisticamente adotados pelos governos petistas. Eles não passam de remediados, de “batalhadores” e trabalhadores precarizados, na correta definição de Jessé Souza. As classes médias, em geral, vivem de trabalho profissional e de rendas acumuladas ao longo da vida, como autônomos ou como funcionários bem pagos, ou em pequenos negócios. É um grupo que conta muitíssimo nas democracias, exatamente pela sua autonomia e maior capacidade de incidência na opinião pública e nos debates políticos. É também no interior desse grupo que se forjam os intelectuais, os educadores e comunicadores, os profissionais da cultura, os profissionais liberais, como advogados e engenheiros, os formuladores e operadores de políticas públicas. Pensar em processos de hegemonia é impossível sem considerar o papel de tal estrato social. Os representantes e gestores cotidianos de partidos tendem a vir das tais classes médias. Mas, para forjar hegemonia e poder, as forças vivas da democracia vêm dos proprietários que vivem da exploração do trabalho e das riquezas da sociedade ou dos que

O agronegócio é um grupo de umas 70 mil pessoas, donas de 170 a 200 milhões de hectares de terra. Já a agricultura familiar somam 4 milhões de famílias que juntas, não chegam a 50 milhões de he.

são explorados, oprimidos e deixados de fora. A tarefa pode e, normalmente, é executada por classes médias, mas quem decide a parada são outros.

Toda essa “radiografia” é necessária para entender as forças de ocupação da nossa democracia no esforço de domesticá-la e evitar o risco de mudanças mais profundas, mas só dá pistas da estrutura social, econômica e de poder que está na base do que vivemos na crise atual. Desfez-se o pacto comandado pelo PT, constituído a partir da emergência e luta por emancipação de amplos setores de trabalhadores, e não só isso. O complexo bloco constituído pelo PT sob a hegemonia de trabalhadores do grande capital se desfez no mesmo processo em que a estratégia de conciliação com o 1% não mais lhes servia, por problemas ligados à economia e ao poder político e por problemas da própria economia mundial. É fundamental

assinalar a perda de hegemonia do PT como força ética, como sonho e imaginário, como projeto, no seio do grande bloco que liderava. Desequilibrou-se o poder em favor dos poderosos e contra a democracia, com apoio disputado e conquistado em amplos setores das classes médias, algumas saudosistas até do autoritarismo. Há chances disso se consolidar? Depende mais da cidadania, e de ela forjar um novo imaginário mobilizador, do que da engenharia política constituída para o assalto ao poder. A luta, certamente, será longa. A hora é de construir trincheiras de resistência e, sobretudo, de fortalecimento para o avanço no amanhã.

A imposição ilegítima de uma agenda neoliberal

O que mais indigna em tudo isso é que na disputa eleitoral de 2014, renhida até, a proposta de retomada da agenda neoliberal foi a grande derrotada. Dilma ganhou por defender e se propor a avançar em uma agenda diferente. Isso permitiu que a cidadania em torno do bloco do PT acordasse e fosse para a luta, sobretudo no segundo turno das eleições de 2014. O mal-estar com os rumos do governo Dilma já estavam presentes, mas ainda houve energia para barrar a vitória das forças em torno do Aécio Neves. Veio então o ilegítimo terceiro turno eleitoral, mas, na verdade, sem voto. Foi o processo de desconstrução do segundo mandato de Dilma como presidente. Presa a uma estratégia de conciliação que está na origem dos governos petistas, Dilma tentou compor e recompor alianças, espúrias até. Nesse instante, a legalidade se sobrepôs à legitimidade e o governo caminhou para o fim. Aliás, não é o fim, mas sim uma crise sistêmica da



Ex-presidente do Citibank, Henrique Meirelles assumiu o Ministério da Fazenda, e terá que administrar a Previdência Social, que nunca foi um negócio

democracia e do poder estatal democrático no Brasil. Da situação criada, o que dá para esperar é mais e mais crise.

Mas assusta até a sede com que o governo Temer agarrou o poder e impôs uma agenda radical de neoliberalismo submisso. É emblemático pôr Serra nas Relações Internacionais para dar um verniz de modernidade e profissionalismo à tarefa de redirecionar e submeter o país à onda que emana dos países centrais, de total liberalização e renúncia à autonomia cidadã, para definir o projeto de sociedade que queremos e de controle da economia pelo Estado como condição. Mas é ainda mais emblemático que um banqueiro de nacionalidade brasileira, porém globalizado – afinal, foi presidente do Citybank –, o Meirelles, seja o ministro da Fazenda, secundado pelo economista-mor do Banco Itaú, e que eles tenham sob sua alçada toda a Previdência Social, que nunca foi um negócio. Para completar, um dos maiores empresários do agronegócio virou ministro da Agricultura. E a reforma agrária nem ministério tem no governo Temer. Estamos diante de um neoliberalismo sem freios.

As medidas até aqui anunciadas em nome de um ajuste fiscal são de desregulação da economia em favor do livre mercado. Trata-se de promover mais privatizações e reduzir o Estado. Trata-se também de desconstruir direitos trabalhistas e sociais, vistos como meros custos que afetam os negócios. Trata-se, em última análise, de acabar com o pacto democrático da Constituição de 1988. Tudo para garantir lucros e juros estratosféricos. Qualquer veleidade em busca de mais igualdade social e um mínimo de dignidade para todas e todos está riscada da agenda. O desmanche legal e institucional de direitos é explicitamente anunciado, sem pejos. A imposição da agenda não se limita a isso. Foi dado um

golpe simbólico ao que os governos do PT anunciavam. As extinções de ministérios, como o de Direitos Humanos, Igualdade Racial, Mulheres, CGU e Cultura, somadas, são um explícito ataque aos sonhos e projetos de uma cidadania igual na diversidade. Eles nada ou quase nada significam para a agenda de redução de gastos, afinal eram muito pequenos, com orçamentos minúsculos, bem menos do que se desejava e esperava de governos petistas. Mas eram faróis no caminho longo a trilhar para uma sociedade mais justa, livre, igualitária em sua diversidade, de bem consigo mesma e do bem-viver como regra. O Ministério da Cultura voltou, por erro desses oportunistas golpistas, pois esse era um vespeiro organizado e as ferroadas foram imediatas e doídas. Na essência, contudo, como direção, as mudanças sinalizam uma enorme volta atrás.

A bandeira que criou as condições para o assalto ao poder pelas vias legais do impedimento, sem a legitimidade do voto da cidadania, foi a do combate à corrupção, mas todo o processo real do impedimento no Congresso e a própria composição do governo Temer se assentam em corruptos. Se havia dúvidas sobre as intenções e bases do governo, tudo veio abaixo em apenas um mês. Ou olhamos para o poder real atrás do oficial, ou não dá para entender o que está acontecendo. Os que exercem o poder são oportunistas de ocasião, com corruptos em seu seio. Os que arquitetaram o golpe legal do impedimento e dele se beneficiam são os nobres senhores detentores do capital e das finanças que nos dominam: os verdadeiros corruptores que estão por trás.

Estamos diante de total ilegitimidade. Como é possível que a agenda derrotada nas urnas volte por outros meios para nos infernizar? Estamos

As extinções de ministérios como os Direitos Humanos, Igualdade Racial, Mulheres, CGU e Cultura nada significam para a agenda de redução de gastos. São um só ataque aos sonhos e projetos de uma cidadania igual na diversidade.

diante de uma reorientação da política, com formato legal democrático, que nos propõe como errado e impossível tudo o que conquistamos em trinta anos de democratização. Pensei que toda a nossa militância contra a ditadura e pela construção de uma democracia participativa era para um país melhor para nossos filhos e filhas, netos e netas. Agora, na mágica de um golpe legal, tudo parece vir abaixo. O problema maior é que destruir conquistas politicamente depende de uma canetada de oportunistas. Voltar a construir democraticamente uma agenda e as bases para o país fundadas em direitos de cidadania pode levar toda uma geração. Estamos diante de um cenário onde o pior pode acontecer: barbárie, mais exclusões e desigualdades, mais destruição ambiental, mais violência e insustentabilidade. Como cidadãos, todas e todos temos a perder e precisamos rever e reavaliar esse perigoso caminho, ladeira abaixo, no qual estamos. Isso vale para absolutamente todas e todos, inclusive para aquelas e aqueles que se beneficiam direta e imediatamente do golpe atual na nossa frágil democracia. Mudar o curso desde aqui e agora é uma tarefa nossa, de cidadania.

Reavaliar desafios, fortalecer resistências e acreditar em outro futuro possível

Reconheço que nem tudo está perdido. Temos muitas fortalezas e sonhos a

reavivar diante de novos desafios. Aliás, a própria crise e seus desdobramentos virou um caldo vivo de debates no seio da sociedade civil. É de saudar essa volta a discutir política de forma engajada, com paixão até, no trabalho, nos bares, nas praças e ruas, em casa. Desde o segundo turno das eleições de 2014 foi crescendo uma onda de reavaliação de tudo e tomada de posição. Esse renascer da política onde é seu berço, no seio da sociedade civil, revelou possibilidades e, também, grandes tabus. Descobrimos que a intolerância com a diversidade social e de pensamento entre nós é muito maior do que supúnhamos, que o conservadorismo e o autoritarismo têm raízes profundas e que a violência contra quem pensa diferente e contra direitos iguais é apoiada por muita gente.

Temos uma gigantesca tarefa pela frente: elaborar um novo projeto de radicalidade democrática, um novo imaginário mobilizador coletivo, que nos una e envolva, que gere esperança. Ou seja, criar um conjunto de ideias e sonhos, com propostas que motivam e agregam, mobilizam para a ação, acreditando ser possível a gente caminhar



O ministério interino de Temer. Só homens brancos.

em sua direção e concretização desde o aqui e agora. Estrategicamente, trata-se de criar grandes ondas de opinião, inspirados nos princípios e valores éticos da democracia e da cidadania ativa traduzidos para o tempo presente. Trata-se de criar grandes movimentos, que tenham adesão de corações e mentes, para a democracia radical, em que a força instituinte e constituinte seja a cidadania. Esse é o único caminho possível em termos democráticos para que o que hoje parece impossível possa se tornar realidade amanhã. Esse é o desafio de criar movimentos de cidadania irreversíveis.

Temos por onde começar. Resistências e insurgências cidadãs no Brasil pipocaram durante todo o longo período dos governos petistas e se multiplicaram nos últimos anos. Elas sinalizam a busca por direitos e emancipação social. Afinal, sob a hegemonia petista, pouco se fez em termos de reforma agrária, de reforma tributária, de sustentabilidade social e ambiental, acima do mero crescimento da economia, de territórios e direitos indígenas, de favelas e do direito de favelas serem cidade. É de louvar as ações afirmativas

no campo da educação e da cultura, mas elas despertaram novas emergências e resistências, pois surgiram coletivos jovens de negras e negros, de pobres e excluídos que querem levar até o fim sua emancipação social e política. Daí podem surgir enormes desafios e possibilidades de renovação radical da democracia entre nós, ainda mais que as forças de assalto ao Estado estão totalmente na contramão do que tais movimentos sinalizam.

No momento, há muitas resistências no centro dos direitos: transporte, moradia, educação. Existe algo mais promissor do que a ação das/dos adolescentes e jovens que ocupam escolas públicas? Também aquece a alma cidadã a capacidade de movimentos feministas e LGBT de incidir no debate público, isso em conjuntura tão adversa como a que vivemos. E temos tudo o que se passa de forma viral nas redes sociais, com uso de novas tecnologias de informação e comunicação. Há um caldo de resistência que pode dar samba.

Enfim, estamos vivendo o golpe legal e nem dá para ver onde vai acabar, pois estamos dentro do processo, na confusão e fumaça que ele gera, ofuscando a visão. Engana-se quem pensa que tudo acabou aí. O tempo da resistência e insurgência, com desobediência civil legítima, se for o caso, é agora. Todo amanhã só pode ser construído hoje, pois o hoje é que germina as sementes que serão frondosas árvores no amanhã. ♡

Existe algo mais promissor do que a ação dos e das adolescentes e jovens que ocupam escolas públicas e a capacidade de movimentos feministas e de LGTB de incidir no debate público?



CONJUNTURA INTERNACIONAL

Curdos: o povo mais antigo e a mais antiga civilização sem Estado do Oriente Médio

Yilmaz Orkan

Membro do Congresso Nacional do Curdistão

O *Homo sapiens*, após ter vivido durante centenas de milhares de anos em clãs e tribos nômades na África Oriental, deslocou-se para o território do atual Curdistão, à época Mesopotâmia, e passou a viver de forma sedentária. Suas planícies, protegidas pelos montes Tauro e Zagros, no meio da bacia dos rios Tigre e Eufrates e caracterizadas pela sucessão das quatro estações, estão entre os lugares onde nasceram as primeiras formas de vida sedentária social.

Os primeiros vestígios da presença curda na história podem ser encontrados nas inscrições dos sumérios, acádios, babilônios, hititas e egípcios. A primeira população de cultura curda da história é a dos hurritas. Em 4000 a.C. encontramos os subaru, outro povo de protocurdos, no sul do Curdistão oriental; em 3000 a.C., na cordilheira de Zagros, havia uniões políticas organizadas nas cidades-estados dos gútios; no Curdistão meridional, os lulitas assumiram o domínio das cidades; na região do lago Urmia (nos montes Zagros) havia os cassitas, povo que desceu para a baixa Mesopotâmia. Houve ainda os mitani, cujas



Mulheres e homens têm os mesmos direitos e deveres no autogoverno curdo

origens remontam à segunda geração dos hurritas, que lançaram as bases de uma civilização; os nairi, que se organizaram como federação de tribos na zona oriental do atual lago de Van, em direção a Cizre e Semzinan, ao sul; e, finalmente, os urartu, que, do leste do rio Eufrates até os montes Zagros, em todo o planalto da atual Armênia, do norte até Sulemaniah e Kirkuk, difundiram-se como confederações de tribos. Todos eles eram povos de origem curda, ou foram pelos curdos influenciados, e se organizaram como confederações de tribos para se oporem à hegemonia dos assírios.

Depois da confederação das tribos dos medos, o Curdistão tornou-se zona de poder de dinastias, Estados e impérios: persas, selefkos, partas, romanos, sassânidas, árabes, seljúcidas, harzem, mongóis, karakoyuns, akkoyunlu, safávidas, otomanos e iranianos. Os primeiros a chamar aquela região de Curdistão, a partir do século XII, foram os seljúcidas. A região onde, ao longo de sua história, a sociedade sempre se organizara em estruturas flexíveis, como confederações de tribos e governos autônomos, foi dividida em duas partes pelo Tratado de Kasrı Şirin, assinado em 1639 entre o Império Otomano e os safávidas. Na primeira e na segunda guerra de partilha imperialista, com o tratado final de reconciliação de Lausanne, em 1923, a região foi dividida em quatro partes. Embora a questão mais debatida na mesa de negociações tenha sido a situação dos curdos, no final das contas, eles acabaram ficando sem *status*.

Portanto, a literatura curda fala da parte do Curdistão que se encontra nas terras compreendidas entre as fronteiras da Turquia (Bakur), do Curdistão oriental – que foi incorporado pelo Irã mediante o acordo de Kasrı Şirin (Rojhelat) –, de Rojava (a parte adquirida pela Síria) – cujas fronteiras foram definidas pelo acordo feito em Ancara com os franceses, embora permanecesse incerto a quem pertenceria Mossul – e a região que se encontra no Iraque e que é conhecida como Curdistão do sul (Basur).

Apresentaremos a seguir a situação dos curdos nos Estados em que foram divididos (as partes do Curdistão, evitando mencionar a Turquia e o Irã). Apesar das políticas de assimilação e migração forçada, a população do Curdistão é formada por 85,9% de curdos, 5,3% de turcos, 3,6% de árabes, 3,1% de azeros, 2,9% de farsi, 2,2% de assírios e sírios.

Os primeiros vestígios da presença curda na história datam de 4.000 a.C., em inscrições dos sumérios, acádios, babilônios, hititas e egípcios.

Bakur – Curdistão “turco” (Curdistão setentrional, dentro das fronteiras da Turquia)

Quando da fundação da República da Turquia, em 1923, o governo, usando como instrumento de poder uma ideologia nacionalista artificial baseada no “panturquismo”, submeteu à sua própria hegemonia as milícias curdas, a fim de formar uma aliança nacional para libertar a Turquia do colonialismo. A palavra “Curdistão”, usada durante o Império Otomano, foi proibida pelo Ministério da Educação da República da Turquia com uma declaração oficial de 8 de dezembro de 1925. A área geográfica do Bakur foi denominada “Oriente”, ou “Sudeste”, o que deu origem a um período de revoltas no Curdistão do norte. A revolta de abril de 1925, iniciada por Şeyh Said, terminou com seu enforcamento, junto com 47 companheiros. Durante as rebeliões que ocorreram em Ağrı, foram massacrados dezenas de milhares de curdos. Em 12 e 13 de julho de 1930 foram assassinadas 15 mil pessoas no vale do Zilan. Entre 1937 e 1938, 13 mil civis foram massacrados em Dersim e 12 mil pessoas foram obrigadas a migrar. O genocídio de Dersim foi o 28º desde a fundação do Império Otomano e o início

O genocídio de Dersim foi o 28º desde a fundação do Império Otomano.

das rebeliões, mas, após o massacre, o assunto foi praticamente esquecido. Depois da revolta de Ağrı, foi publicada uma caricatura num jornal que mostrava uma montanha em cujo topo havia um túmulo, com uma lápide, onde se lia: “Aqui jaz a ideia do Curdistão”.

Com o golpe de Estado de 12 de setembro de 1980, não se falou mais da existência dos curdos. O “fascismo branco turco” visava criar um racismo de tipo turco-islamita e se esforçou para criar um Estado-nação com base étnica, que depois deu lugar ao “fascismo turco verde”, baseado na unidade religiosa. Em 1987 o Estado turco declarou estado de emergência em 12 cidades do Curdistão e o prorrogou por 46 vezes até 2002.

Com a primeira ação armada do PKK, voltou-se a falar do Curdistão. Segundo dados oficiais, até 2012, 30.576 pessoas morreram nos confrontos armados que se seguiram. Dados fornecidos pela Comissão para os Direitos Humanos do Parlamento da Turquia, entretanto, informam que 22.101 militantes do PKK, 7.918 membros das forças de segurança do Estado (militares, policiais, vigias de aldeias etc.) e 5.557 civis perderam a vida durante os conflitos. Excluindo as mortes não registradas pelas estatísticas, nesse período de conflito teriam morrido, portanto, 35.576 pessoas. Informações não oficiais contabilizam, nesse período, cerca de 17 mil homicídios “misteriosos”. Além disso, segundo números oficiais, 2.663 aldeias e terrenos foram evacuados, obrigando a emigração de 386.360 pessoas. Essas estatísticas não incluem as pessoas que perderam a vida após a retomada do conflito em 2015.

De 1993 até o fim de 2012, durante os encontros com o Estado, o PKK declarou cessar-fogo unilateral oito vezes. Após os encontros de Oslo, que fracassaram mais uma vez, o nono cessar-fogo foi declarado em março de 2013, quando foram promovidos novos encontros, que, com os acordos de Dolmabahçe, de 28 de fevereiro de 2015, poderiam ter levado a uma nova fase. O presidente da República da Turquia Recep Tayyip Erdogan afirmou, contudo, ignorar os dez pontos acordados em Dolmabahçe, demonstrando querer utilizar o processo de paz para seu projeto de transformação da Turquia em uma república presidencialista. Com as eleições de 7 de junho de 2015, esse projeto foi frustrado, levando-o a executar algumas manobras para realizar novas eleições em 1º de novembro. O fato de ter interrompido, a partir de 5 de abril de 2015, todo e qualquer contato com o líder do povo curdo, Abdullah Öcalan, já demonstrou a intenção do partido AKP de dar início a uma guerra. De fato, logo após as eleições começaram os ataques. A explosão ocorrida em Suruç, no dia 20 de junho de 2015, foi um aviso sobre o início do conflito. Com a desculpa da morte de dois policiais em Urfa no mês de julho, o Estado começou bombardeios ininterruptos da zona livre de Medya, fortaleza do PKK. Assim, três anos após o início do processo de paz, fortemente apoiado por Öcalan, o conflito foi retomado de forma ainda mais violenta. Segundo estimativas da Associação para os Direitos Humanos (IHD), entre 7 de junho e 9 de novembro de 2015,



A primeira cidade a declarar o autogoverno foi Sirnak, em agosto de 2015.

O AKP pôs em prática um verdadeiro terrorismo de Estado nos centros que declararam o autogoverno, com ataques que não respeitam qualquer regra de guerra. Em Cizre, por cinco vezes foi declarado toque de recolher 24 horas por dia, e desde 14 de dezembro não foi mais revogado, estando ainda em vigor. Com uma população de 140 mil habitantes, as pessoas foram obrigadas a ir embora. As 149 pessoas que haviam se refugiado nos porões de três prédios foram bombardeadas e queimadas vivas, inclusive com armas químicas.

Rojava – Curdistão “sírio” (Curdistão ocidental, dentro das fronteiras da Síria)

Em 1946, depois que o governo sírio declarou independência, assinando o Tratado de Ancara, foram definidos os limites atuais de Rojava (a região que se encontra a oeste do rio Tigre, na fronteira com a Turquia). Em 1949 houve um golpe de Estado na Síria, em 1958 houve um golpe de Estado civil e, por último, em 1963, com a chegada ao poder do Partido Socialista Árabe Baath, teve início um regime nacionalista de partido único e começou um projeto sistemático de arabização dos curdos. A partir de 1963, com o projeto do cinturão árabe, as forças do regime instalaram vilarejos árabes no meio dos atuais cantões de Rojava, dividindo-os.

Depois dos acordos de Ancara, em 2000, entre a Turquia e o regime sírio, a repressão aos curdos começou a aumentar. Em 2004, em consequência do massacre de Qamişlo, segunda cidade de Rojava com maior número de habitantes curdos,

41 crianças e 128 civis foram mortos pelas forças armadas do Estado e outras 51 crianças e 195 civis foram feridos. Somente no ataque de 20 de julho em Suruç foram mortas 33 pessoas e feridas outras 104; em 10 de outubro, no ataque suicida de Ancara, morreram 262 civis e 759 foram feridos. Com a retomada de fato da guerra e dos confrontos, no mês de outubro o Partido Trabalhista do Curdistão (KCK) declarou formalmente o fim do cessar-fogo unilateral. Diante disso, o KCK declarou em 12 de agosto que, “para o povo do Curdistão, não restou outra escolha senão o autogoverno”. A primeira cidade a declarar o autogoverno foi Şirnak. Um dia depois que a Assembleia do Povo declarou o autogoverno, Erdogan afirmou: “Neste país, fora da República, nunca será tolerado outro governo. Eles pagarão por isso”, demonstrando abertamente quais eram suas intenções; mas a população de outros 16 distritos tomou a mesma decisão de Sirnak. Quatro meses depois da primeira declaração de autogoverno, em vários centros das províncias de Amed, Sirnak e Mardin foi declarada a formação de Unidades de Defesa dos Civis – YPS (Yekitia Parastina Sivil) – e Unidades de Defesa das Civis Mulheres – YPS-Jin.

começou a resistência, abrindo caminho para as primaveras dos povos. Em março de 2011 começaram os confrontos entre o Partido Baath e as oposições e em abril elas difundiram-se pelo país inteiro. O povo curdo, pela primeira vez enquanto tal, participou da revolução síria com as Manifestações da Sexta-Feira, que aconteciam em todo o Estado e se estendiam até o Curdistão ocidental (Rojava). Os curdos criaram as Assembleias do Povo e declararam agir “segundo a vontade do povo”.

Sob a orientação do TEV DEM (Movimento para uma Sociedade Democrática), em 19 de julho de 2012 começaram manifestações que esclareceram o projeto político dos curdos, trazendo visibilidade para a política da terceira via. Em Rojava, o lugar perdido pelas forças militares de Bashar al-Assad foi ocupado pelas YPG (Forças de Defesa do Povo), criadas naquele período.

A estratégia de libertação das cidades aconteceu em três fases. Na primeira foram tomados os distritos, cidades onde o regime era mais fraco; em seguida, discutiu-se como seria possível controlar as estruturas administrativas nas mãos do regime; na terceira fase, essas estruturas organizacionais foram substituídas por aquelas da revolução. Após um período de dois ou três meses, em 19 de julho de 2012, partindo de Kobane, foi declarada a autonomia administrativa, que se difundiu em todas as cidades, com exceção de Qamişlo. Os países vizinhos de Rojava fecharam suas fronteiras e o Exército Sírio Livre fechou as estradas que levavam às cidades curdas.

O movimento do povo curdo, com a política da terceira via, fez com que fracassasse o jogo da Turquia, que visava conquistar Rojava por meio do Exército Sírio Livre. Embora sem dispor de ajuda material e militar do



O Curdistão faz parte da área geográfica antes conhecida como Mesopotâmia, onde a humanidade assumiu pela primeira vez uma forma de vida social.

Isolados e sem dispor de ajuda material e militar do exterior, os curdos levaram adiante o processo de construção da revolução.

exterior, como acontecia com os outros grupos de oposição, os curdos levaram adiante o processo de construção da revolução. Antes de mais nada, organizaram as administrações do Estado segundo as necessidades da população. Criaram associações, academias, casas de mulheres, comunas e assembleias para responder às exigências culturais, sociais e de justiça da sociedade. Na situação atual, os cantões autogovernados de Rojava (Cizre, Kobane, Afrin) são administrados por meio de assembleias

territoriais: a assembleia da justiça, a assembleia executiva, a assembleia geral para as eleições e a assembleia geral para a justiça (tribunal constitucional composto por representantes de todas as assembleias regionais que aderem ao confederalismo democrático).

Diante do tribunal constitucional, todas as pessoas têm deveres e direitos iguais. Na gestão da Autonomia Democrática, todos os cantões têm o direito de constituir assembleias executivas independentes e de criar assembleias a partir da própria livre vontade. Na região de Cizre foram declaradas línguas oficiais o curdo, o árabe e o sírio. Além disso, todos têm o direito de ser educados na própria língua materna. As Unidades de Proteção Popular (YPG – Yekîneyên Parastina Gel) e as Unidades de Proteção das Mulheres (YPJ – Yekîneyên Parastina Jin) têm a responsabilidade da autodefesa dos três cantões em nível nacional. A direção geral da Asayiş é responsável pela segurança interna.

Ataques contra Rojava

Depois que as cidades de Gir Ziro, Rimelan e Tirbespiye foram libertadas pelas forças curdas, os ataques se tornaram mais organizados e planejados, porque 82% dos poços de petróleo da Síria encontram-se nessas regiões. Entre os nomes por trás desses ataques, o primeiro da lista é o da Turquia. Nos ataques contra

Em julho de 2013, o grupo Al Nusra atacou os vilarejos Til Hasil e Til Eran, em Aleppo, matando 70 civis curdos, incluindo mulheres e crianças.

os curdos – inicialmente no bairro de Eşrefiye, de Aleppo, e depois, em 22 de setembro de 2012, no vilarejo Qastel Cindo, em Afrin, contra os curdos Yazidis –, as YPG demonstraram ser uma força de autodefesa, tendo conseguido interromper os ataques executados por 17 grupos diferentes que se uniram contra eles com o apoio da Turquia.

No fim de 2012 e em 2013, com os ataques a Serekaniye, ficou claro que por trás dos ataques estava o Estado turco. Em Serekaniye, última cidade no caminho para Cizîrê, houve a tentativa de transformar o caos gerado pelos atentados em um conflito étnico curdo-árabe. Dessa forma, seria interrompida qualquer ligação entre Cizîrê e as regiões de Kobane e Afrin, para logo passar ao ataque com operações do mesmo tipo também nesses dois cantões. Em 16 de janeiro, 1.500 membros da Al Qaeda ligados à Turquia começaram uma enorme operação de ataque na região. Esses grupos destruíram tudo que encontraram pelo caminho, não somente as casas dos curdos, mas também dos árabes, sírios, assírios e armênios. Nesse período, o presidente do Conselho do Povo da região, Abid Xelil, foi assassinado por um franco-atirador. As YPG, adquirindo experiência na guerra na cidade, conseguiram evitar um segundo e até um terceiro ataque. Mas, em 28 de julho de 2013, o grupo Al Nusra, em um ataque aos vilarejos Til Hasil e Til Eran, de Aleppo, habitados por curdos, massacraram mais de setenta civis, incluindo mulheres e crianças.

Kobane, a Stalingrado dos curdos

Kobane, a cidade onde teve início a revolução de Rojava, resistiu durante 134 dias contra o Daesh, sendo, assim, chamada de “Stalingrado do século XXI”. Desde o primeiro ataque, de 15 de setembro de 2014, de posse das armas dos EUA pilhadas durante o ataque a Mossul e das armas russas subtraídas em Racca – armas pesadas, como tanques, morteiros e mísseis antitanque –, o Daesh começou o cerco à cidade. Estranhamente, 12 dias depois, libertou 27 funcionários do Consulado turco tomados como reféns em Mossul. O primeiro-ministro turco saudou esse fato como uma vitória diplomática, enquanto terceiros o interpretaram como sinal do acordo com o Daesh para derrubar Kobane.



As YPG/YPJ, de um lado, resistiram aos ataques e, de outro, ajudaram a população civil da cidade a afastar-se da zona de conflito. Grande parte da população civil migrou para o Bakur, no Curdistão do norte.

Enquanto o presidente da República da Turquia continuava repetindo “Kobane já caiu”, a ação suicida de Arim Mirkan no alto da colina de Miştentur foi o estopim da revolta de 6 a 8 de outubro na Turquia. Durante esses dias, o Estado turco matou cinquenta pessoas e somente a intervenção de Öcalan conseguiu deter a revolta. As palavras da comandante do YPG Meryem Kobane – “Kobane será Stalingrado” – marcaram o destino da guerra. Em 25 de janeiro de 2015, após resistir contra os ataques que continuavam desde 15 de setembro de 2014, o centro da cidade de Kobane, e logo a seguir alguns vilarejos, foram tomados e libertados pelo Daesh. Durante a resistência de 134 dias, dos quais 113 dentro da cidade, um total de seiscentos combatentes das YPG/YPJ perderam a vida.

Durante o dia 1º de novembro, Dia Internacional da Solidariedade a Kobane, em quatro continentes a sociedade internacional saiu às ruas para saudar sua resistência. As ações com maior participação aconteceram no Afeganistão, fortaleza da Al Qaeda, e no Paquistão. Em 22 de fevereiro, Erdogan, que repetia constantemente que Kobane fora derrubada ou que seria derrubada, bateu na porta do governo do cantão de Kobane pedindo para salvar o túmulo de Süleyman Şah, ocupado pelo Daesh, operação essa realizada junto com as forças das YPG/YPJ e que trouxe o túmulo para o vilarejo de Aşme, a oeste de Kobane.

Como funciona o governo autônomo

Há quatro anos a revolução de Rojava leva adiante, de um lado, uma resistência contra os ataques e, de outro, o trabalho para a construção de uma nova sociedade. O Contrato Social de Rojava (Constituição) foi aprovado em 6 de janeiro de 2014 pela Assembleia Executiva da Autonomia Democrática de Rojava. Segundo ele, os povos podem organizar-se livremente, com suas línguas e suas culturas, e podem se autogovernar. O *Projeto para uma solução democrática para a Síria* foi aprovado em 16 de março de 2015 pelo Movimento da Sociedade Democrática (TEV DEM), para sair da crise, e prevê um autogoverno democrático e igualitário para os povos da Síria. A

organização guarda-chuva das mulheres curdas, Yekitiya Star, tem um papel importante na construção da sociedade, nas academias da Jineoloji (a ciência das mulheres), onde a Yekitiya Star, todo ano, prepara pelo menos 12 ciclos de treinamento.

São criadas instituições que cuidam da defesa, da segurança, da cultura, da sociedade, da justiça e da economia. A diplomacia organizou vários encontros com a Rússia, a China e a Europa. A crise que surgiu no encontro de Genebra 3 foi desencadeada pela falta de acordo sobre a participação do Partido de União Democrática (PYD). No final, EUA e Turquia polemizaram em torno do debate se o PYD seria ou não uma organização terrorista, e a Rússia aceitou a abertura de uma sede diplomática em Moscou, o que foi considerado internacionalmente uma vitória diplomática.

Nas regiões de governo autônomo (os cantões), o povo se autogoverna por meio de assembleias e instituições escolhidas por ele mesmo. Os partidos políticos, as assembleias do povo, os grupos étnicos e religiosos têm seus próprios representantes no governo autônomo. O governo é organizado de baixo para cima. Nos vilarejos, nas periferias, nas circunscrições, nos bairros e nas cidades, o povo constitui suas próprias assembleias e distribui os trabalhos coletivos, se organiza e participa dos conselhos. Os delegados das assembleias dos vilarejos participam das assembleias das periferias; os das assembleias das periferias participam das assembleias dos municípios; os dos municípios e dos bairros participam das assembleias das cidades. Tomam parte das assembleias das cidades as organizações da sociedade civil, os representantes das organizações de mulheres e de jovens, os partidos políticos, os grupos étnicos e religiosos, as organizações de profissionais liberais.

A assembleia geral das regiões autônomas é formada pelos delegados das assembleias das cidades. Da mesma forma, a assembleia executiva da região autônoma é formada pelos delegados das assembleias das cidades. O governo é formado pelos partidos políticos que representam todas as presenças étnicas, culturais e religiosas do território. No sistema autônomo, baseado nos princípios democráticos, que levam em conta línguas, culturas, religiões, educação e diferenças étnicas, a gestão se baseia na igualdade entre homens e mulheres, o que é representado pelo sistema de copresidência.

As regiões autônomas podem aumentar ou diminuir, dependendo das diferenças geográficas, culturais e étnicas, e podem assumir nomes variados (cantões, regiões etc.). Os delegados dos conselhos regionais que dirigem os cantões da autonomia democrática são eleitos democraticamente nas assembleias. A duração do mandato de dirigente dos cantões é de quatro anos. Os cantões da Administração da Autonomia Democrática, a Assembleia Executiva, a Assembleia Geral para as



Eleições e a Assembleia Geral para a Justiça administram o sistema sob a forma de conselhos territoriais.

Na autonomia democrática, os cantões têm direito de desenvolver todas as atividades necessárias para a vida social com base na livre vontade e de criar conselhos para implementá-las. Cada militante do Yekîneyên Parastina Gel (YPG), mediante juramento, se torna um dos responsáveis pela autodefesa nacional dos três cantões.

Em 17 de março de 2016, todas as forças políticas, os partidos e as organizações sociais dos três cantões de Rojava (Al Jazira, Kobane e Afrin) e das regiões libertadas da presença das organizações terroristas realizaram um encontro com o objetivo de obter uma perspectiva política global e formar um conselho constituinte da União Federal Democrática de Rojava/Síria do Norte. Esse encontro levou às seguintes decisões:

- 1- A futura Síria será para todos os povos sírios. Será alcançada a instituição de um sistema democrático federal fundado na participação de todos os componentes da sociedade;
- 2- Trabalhar para a implementação de um sistema democrático federal para a região de Rojava;
- 3- Foi eleita a copresidência do Conselho Constituinte e foi fundado o Comitê Organizador de 31 membros;
- 4- O Comitê Organizador vai preparar nos próximos seis meses um contrato social e desenvolver um quadro político e legislativo articulado e abrangente para o Sistema;
- 5- Todos os comitês e os documentos produzidos pelo Conselho reconhecem a Declaração Universal dos Direitos Individuais e Coletivos das Nações Unidas, o que garantirá

a construção de um sistema democrático social. Os participantes desse encontro ressaltam a importância da relação com a Síria e veem esse novo sistema como parte dela. Reconhecem também os princípios da paz e da amizade entre todos os povos da região e comprometem-se a trabalhar para que esse projeto seja colocado a serviço de todos;

6- O sistema federal se baseia na liberdade das mulheres. As mulheres têm direito a uma participação igualitária e possuem plenos poderes de decisão, com responsabilidade específica no que diz respeito a todas as questões das mulheres. As mulheres serão representadas de maneira igualitária em todas as esferas da vida, incluindo todos os aspectos sociais e políticos;

7- Os povos e as comunidades que vivem no Sistema Federal de Rojava podem desenvolver suas próprias relações democráticas, políticas, econômicas, sociais, religiosas e culturais com todos aqueles que considerem adequados, em nível regional e internacional, cuidando para que essas relações não interfiram nos objetivos e interesses do sistema democrático federal sírio;

8- Todas as regiões libertadas da presença de organizações terroristas têm o direito de participar do Sistema Democrático Federal de Rojava;

9- O objetivo do Sistema Democrático Federal de Rojava em nível regional será a instituição de uma federação democrática no Oriente Médio e o desenvolvimento dos princípios democráticos de todas as instâncias políticas, econômicas e culturais. Se formos além das fronteiras nacionais dos Estados, será possível viver em paz, com amizade e segurança;

10- A instituição de um sistema democrático federal garantirá a unidade dos territórios sírios.

Rojhilat – Curdistão “iraniano” (Curdistão oriental, dentro das fronteiras do Irã)

O Irã reconhece formalmente a região do Curdistão, a partir da metade da região do Azerbaijão do norte, metade do norte da região do Ilam, incluindo toda a região do Kermanshah, que tem uma população de cerca

de 11,5 milhões de curdos em 17 cidades. Outros 1,5 milhão de curdos foram deportados na região do norte de Horasan e lá ainda vivem. A República curda de Mahabad, fundada em 1946 com o apoio da União Soviética, não foi reconhecida pelas Nações Unidas e se desintegrou no mesmo ano.

Com a chegada ao poder do regime de Khomeini no Curdistão oriental, os curdos da região foram esmagados por um regime de caráter religioso e pelo nacionalismo farsi. Os de Rojhilat, que pertenciam a várias organizações diferentes, passaram a fazer parte de organizações como o KDP e o Partido Comunista Komala. Depois da guerra entre o Iraque e o Irã, a atividade dos curdos foi interrompida. Os jovens que nos anos 1990-2000 militavam na luta dentro de associações e por meio de atividades culturais, depois da prisão do líder do povo curdo, Öcalan, entraram em massa para o PKK.

Em 2004 foi fundado o Partido da Vida Livre do Curdistão (PJAK) e começou uma nova fase para Rojhelat, quando foram dados grandes passos do ponto de vista militar, político e organizacional. Em 2014 definiram o próprio sistema confederado com o nome de Kodar. Com a declaração da formação do Kodar, a luta alcançou uma nova fase. As forças armadas que se uniram sob o nome Forças do Curdistão Oriental (HRK) elevaram o nível do conflito com o Irã em 2009. Nesse período, o Irã mandou enforçar muitos membros do PJAK. A líder Zeynep Celaliyan estava entre eles, dando início a uma campanha internacional por sua libertação e de outros presos políticos. Em 2011 o PJAK declarou cessar-fogo, mas dois anos depois houve novos confrontos entre as forças armadas do PJAK e o Irã.

Başur – Curdistão “iraquiano” (Curdistão meridional, dentro das fronteiras do Iraque)



Governo Regional do Curdistão (KRG)

O Governo Regional do Curdistão é uma região autônoma de 40 mil km² ligada por uma base constitucional à federação iraquiana. Com uma população de cinco milhões de habitantes, tem dois idiomas oficiais, o curdo e o árabe, mas o povo também fala o turcomeno, o siríaco, o inglês e o armênio. Segundo a Constituição do governo federal iraquiano, algumas províncias curdas, como Kirkuk, Xaneqin, Maxmur e Sinjar (Sengal), ainda dependem do governo central.

Participam do governo três partidos ativos, o KDP, o YNK e o Movimento da Mudança, chamado Goran. O Partido para a Solução Democrática do Curdistão (PÇDK), fundado em março de 2002, propõe para a região do Curdistão um sistema confederado, em vez de federal. Em 4 de agosto de 2014, o Estado Islâmico (Isis) atacou Sinjar, obrigando toda a população – 500 mil habitantes – a fugir. Durante esses ataques morreram cinco mil pessoas e cerca de sete mil mulheres foram raptadas pelo Isis. Algumas dessas mulheres foram salvas, mas 2.500 continuam desaparecidas. As forças das YPG que se encontravam em Rojava e alguns guerrilheiros do PKK que se encontravam no sul do Curdistão abriram um corredor humanitário do monte Sinjar até Rojava, pondo a salvo 120 mil pessoas. No final de 2015, as forças curdas, com uma operação compartilhada, libertaram a cidade. A região ainda se encontra sob o controle do PKK, YPG, YBS e das Forças Peshmerga do Curdistão do sul. Mas o povo de Sinjar ainda vive como refugiado no sul do Curdistão, na Turquia e em Rojava, porque a região ainda não é segura. Por causa dos ataques do Isis, chegaram à fronteira do Curdistão do sul 300 mil habitantes da Síria e 1,5 milhões de habitantes de outras zonas do Iraque; no sul do Curdistão existem 1,8 milhões de refugiados no total. ♥



Por causa dos ataques do Isis, no sul do Curdistão existem 1,8 milhões de refugiados.

INDICADORES DE CIDADANIA

Esporte e cidadania jogando no mesmo time

Rita Corrêa Brandão
Coordenadora do Incid

Em nome de mais um megaevento esportivo no Rio de Janeiro, os Jogos Olímpicos, muitas intervenções foram realizadas, gerando mudanças radicais no espaço público. O ônus dessas inúmeras obras impostas ficou para os moradores, que tiveram o cenário e a rotina da cidade alterados nos últimos anos. Obras que, em grande parte, não figuram na lista das necessidades cotidianas de quem tem o Rio de Janeiro como seu endereço de cidadania.

Em 1996, o Rio se candidatou pela primeira vez para sediar os Jogos Olímpicos de 2004. Nessa época, o Betinho, fundador do Ibase, teve a ideia de propor condicionalidades sociais às transformações que, atendendo interesses privados, fariam do Rio de Janeiro uma cidade olímpica. Afinal, uma cidade, para ser digna de receber pessoas que vêm de fora, precisa ser digna para as pessoas que nela vivem.

Foram estabelecidas cinco metas associadas aos cinco aros, símbolo dos Jogos Olímpicos, e criou-se o documento-compromisso intitulado *Contribuir para a erradicação da miséria e para a melhoria da qualidade de vida da população do Rio de Janeiro*, assinado por diversas autoridades, desde o prefeito da cidade do Rio de Janeiro na época a dirigentes de entidades, empresas e órgãos públicos das três instâncias do governo. As metas cidadãs, que deveriam ser atingidas em oito anos, eram:

- 1- Educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes;
- 2- Ninguém morando na rua;



- 3- Todas as crianças bem alimentadas;
- 4- Favelas urbanizadas, integradas à cidade;
- 5- Esporte e cidadania jogando no mesmo time.

Hoje nos preparamos para, efetivamente, sediar as Olimpíadas. As mudanças impostas ocorrem sem consulta ou negociação com a população, ditadas de fora e construídas para fora. As obras não encontraram resistência na opinião pública em geral, a não ser daqueles que lutaram para não sofrer remoção. A comunidade Vila Autódromo, em Jacarepaguá, é o exemplo mais emblemático.

O que fica para a cidade após as Olimpíadas? Um legado esportivo para as regiões onde foram construídas as pistas, arenas, circuitos, centros e estádios – sobretudo no Complexo de Deodoro e no Parque Olímpico da Barra da Tijuca – e um legado de mobilidade urbana que interliga os locais de jogos à Zona Sul e à Zona Oeste, áreas ricas da cidade, e transformam o centro da cidade em um belíssimo passeio público.

Sistema de Indicadores

Podemos olhar para a cidade com diversas lentes. O Sistema de Indicadores de Cidadania (SIC), desenvolvido por uma equipe de pesquisadores do Ibase, propõe um olhar cidadão para os dados produzidos por diferentes pesquisas e estudos feitos no Brasil. Para que o leitor de *Trincheiras* entenda como funciona, podemos fazer um exercício focando nas informações do Banco de Dados do Censo Escolar do Inep/MEC. A partir dele, usando o SIC, podemos realizar cruzamentos de dados e avaliações diversas sobre a educação no país. Assim, considerando, por exemplo, a Meta 1 estabelecida por Betinho em 1996 para o Rio de Janeiro – *Educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes, sob o aspecto da Garantia de ambientes adequados para a prática de educação física nas escolas públicas do Rio de Janeiro*, disciplina pertencente aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental –, podemos traçar um paralelo com a infraestrutura criada para os Jogos Olímpicos deste ano. Observamos as escolas municipais, que possuem ou não quadra

Obras que não encontraram resistência na opinião pública em geral, a não ser daqueles que lutaram para não sofrer remoção.

de esporte, considerando as variáveis “cobertas” e “descobertas”. Encontramos:

Tabela 1: Total de escolas do Ensino Fundamental da rede pública segundo existência de quadra de esportes e área da cidade – município do Rio de Janeiro (2015)

Localização	Sem quadra	Quadra descoberta	Quadra coberta	Total Geral
Não localizadas	4	6	7	17
Centro	20	13	36	69
Zona Norte	128	118	312	558
Zona Oeste	100	125	324	549
Zona Sul	31	24	20	75
Total Geral	283	286	699	1268

Fonte: Inep – Censo Escolar/2015.

De um universo de 1.020 escolas da rede pública municipal de Ensino Fundamental, 25% ainda se encontram sem quadra poliesportiva. Considerando que a existência de local apropriado nas escolas é a condição básica para que as alunas e os alunos exerçam seu direito à prática da Educação Física,^[1]

[1] A partir de 2011, por meio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação.

Na “Cidade Olímpica”, 25% das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental não têm quadra poliesportiva.

matéria obrigatória no currículo escolar, é patente a ausência de investimento na infraestrutura das escolas, visto que o total de escolas com quadras descobertas e escolas sem quadras perfaz 49%.

Gráfico 1 – Direito à educação: garantia de ambientes para a prática de Educação Física

Escolas do Ensino Fundamental da Rede Pública segundo a existência de quadra Poliesportiva (%) Município do Rio de Janeiro



Fonte: Inep – Censo Escolar/2015.

Se analisarmos por região da cidade, verificamos que na Zona Oeste, parte da cidade que teve investimento de infraestrutura urbana para os jogos olímpicos, 45% das escolas não têm quadras poliesportivas ou as quadras não são cobertas. Esse percentual sobe para 47% na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Se pensarmos em termos do número de crianças e adolescentes matriculados na rede pública municipal que têm seus direitos violados, encontramos um total de 191.157 alunas e alunos matriculados em escolas que não garantem plenas condições para o exercício do direito à Educação Física. Desses alunos e alunas, 92.695 estão em escolas que não possuem quadra poliesportiva e 98.875 alunos estão matriculados em escolas que têm quadra, porém descoberta, conforme pode ser verificado na tabela a seguir.



Tabela 2: Total de matrículas do Ensino Fundamental da rede pública segundo existência de quadra de esportes – município do Rio de Janeiro (2015)

Área da Capital	Sem quadra	Quadra descoberta	Quadra coberta	Total Geral
Não localizadas	1.162	2.098	5.041	8.301
Centro	7.816	5.758	20.413	33.987
Zona Norte	43.711	48.598	165.906	258.215
Zona Oeste	39.680	52.367	213.167	305.214
Zona Sul	9.715	11.104	10.676	31.495
Total Geral	102.084	120.453	415.203	637.740

Fonte: Inep – Censo Escolar/2015.

A Educação Física escolar deve proporcionar oportunidades iguais a todos os alunos de forma democrática e, portanto, não seletiva, para que desenvolvam suas potencialidades, visando seu aprimoramento como seres humanos. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Educação Física escolar é uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas, em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

A cidadania ocorre onde direitos iguais tornam-se referência para todos os membros da coletividade. Se não for assim, ou seja, se a existência de um direito implica sua negação para algumas/alguns, tais direitos viram privilégios. Os esportes e as demais atividades corporais não devem ser privilégio apenas dos esportistas, de algumas escolas ou de pessoas em condições de pagar por academias e clubes. A disponibilidade de espaços escolares para as práticas da cultura corporal de movimento é um direito essencial de crianças e adolescentes e, por isso, um direito de cidadania que deve ser garantido com qualidade para todas e todos, sem distinção.

Como visto, a adequação da cidade do Rio de Janeiro para receber os Jogos Olímpicos e seus atletas não trouxe a seus habitantes uma perspectiva de garantia do direito à prática adequada de esporte em um dos locais mais básicos para a cidadania, as escolas públicas.

Se a cidadania ativa não pressionar por uma escola de qualidade, dificilmente o governo se sentirá obrigado a oferecê-la. É possível que a situação permaneça assim, ainda que esse seja um direito garantido por lei. Nossa estratégia com o Sistema de Indicadores de Cidadania é fortalecer a cidadania ativa por meio de indicadores que sirvam como instrumentos de motivação, participação e luta. Os dados apresentados demonstram a possibilidade de se analisar a realidade da cidade a partir dos Indicadores de Cidadania, desenvolvidos pelo Ibase e aplicáveis a diferentes realidades em qualquer território do país.

Sem dúvida, as mudanças implementadas no Rio de Janeiro foram boas para o turismo, para o comércio, para a acumulação de capital. Certamente, a população desses locais e de seu entorno vivenciarão alguma melhoria de sua qualidade de vida, mas onde estão as nossas metas estruturantes que dizem respeito às condições necessárias à reprodução de nossas vidas? Podemos dizer que após os Jogos viveremos em uma cidade mais justa e igualitária?

As propagandas incansáveis do Rio como cidade olímpica, cidade global, divulgadas pelos meios de comunicação hegemônicos, nos fazem acreditar a todo momento que a cidade está melhor e que eram essas nossas expectativas e nossos desejos de mudança, desviando o foco dos direitos de cidadania que precisam ser efetivos para que essa cidade seja, de fato, mais justa, mais inclusiva e mais cidadã, digna de receber os turistas e atletas que virão de fora, porque garante os direitos básicos de cidadania aos que nela moram. O Sistema de Indicadores de Cidadania (SIC) é uma ferramenta que busca revelar essa realidade. ♥



*Saiba mais no Dossiê
A Invisível cidadania
dos trabalhadores
e trabalhadoras
do Comperj.*

As propagandas incansáveis do Rio nos fazem acreditar que a cidade estará melhor, desviando o foco dos direitos de cidadania.

CALEIDOSCÓPIO

Este é um espaço para divulgar atividades de parceiros e amigos

Sua instituição está lançando uma campanha? Vão realizar um evento? Assistiu a um filme imperdível? Envie seu texto com até 10 linhas e imagem de apoio com 300 DPI para o email no link.

 [Link com o e-mail](#)

Atenção mulherada!

Você vem andando sozinha por uma rua e acha que está sendo seguida; você pega um táxi e o motorista resolve “dar mais uma voltinha”; alguém da sua família está te assediando e você não sabe o que fazer? Agora é só sacudir o celular e chamar sua **rede de proteção**. Trata-se do aplicativo PLP 2.0, já disponível para iPhone e smartphones com sistema operacional Android. Ele é uma ferramenta importante para auxiliar mulheres em situação de **violência doméstica, familiar ou sexual**. Para isso, basta cadastrar **cinco pessoas de sua confiança** (rede de proteção) que possam te atender caso o dispositivo seja disparado. Se você estiver em perigo, basta agitar o aparelho que o telefone dispara um alarme e envia um SMS para que essas pessoas possam te ajudar.

 [Mais informações sobre a Somos da Maré aqui](#)



 [Mais informações sobre o PLP 2.0 aqui](#)

Somos da Maré. Temos direitos.

A campanha “Somos da Maré. Temos direitos” foi lançada no dia 2 de julho perto da Vila do João e seguirá até setembro, atingindo as 16 favelas que formam o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, a Maré. O objetivo é mobilizar os moradores sobre o direito à segurança pública, com distribuição de material informativo, como cartazes, filipetas, camisetas, adesivos e vídeos que tratam do tema. O material será distribuído porta a porta nos 45 mil domicílios da Maré, atingindo cerca de 142 mil moradores. A campanha é uma iniciativa da Redes de Desenvolvimento da Maré, em parceria com Observatório de Favelas, Anistia Internacional, Luta Pela Paz, Vida Real, Cesec, Iser, Casa Fluminense, ActionAid, Niac/UFRJ e as 16 Associações de Moradores da Maré. Essa é a segunda edição da campanha, realizada pela primeira vez em 2012, com foco no que é legal e ilegal durante as abordagens policiais. Nessa segunda edição foi priorizado o impacto das operações policiais no cotidiano dos moradores da Maré.



Mulheres e conjuntura

A Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra) está realizando um ciclo de Rodas de Conversa sobre as Mulheres e a Conjuntura para debater os desafios da atual conjuntura política a partir da visão das mulheres e dialogando com as pautas feministas. As Rodas de Conversa são mensais e começaram em junho. Os temas abordados em agosto, setembro e outubro serão, respectivamente, mulheres lésbicas, legalização do aborto e trabalho.

No segundo semestre, a Camtra e seu Núcleo de Mulheres Jovens laçarão uma campanha de enfrentamento à violência contra as mulheres com enfoque na cultura do estupro. Essa campanha é fruto dos Encontros de Enfretamento à Violência contra as Mulheres, ocorridos com mais de trinta mulheres jovens nos meses de junho e julho.

Fala Guerreira

Já está no ar a segunda edição da revista Fala Guerreira. O número é um especial sobre Mulheres Negras.

O coletivo Fala Guerreira é formado por mulheres residentes na periferia de SP, que busca dar voz e visibilidade as mulheres periféricas a partir das vivências e histórias.

Mais
detalhes
no site da
Camtra



Saiba mais



Leia a
revista aqui



REPORTERES SEM FRONTEIRAS

PELA LIBERDADE DA INFORMAÇÃO



Parceiros em casa

A ONG Repórteres Sem Fronteiras instalou no mês de junho seu primeiro escritório fixo no Brasil e escolheu o Ibase para ser sua sede. Com dois representantes da entidade já trabalhando, eles são responsáveis pelo trabalho da ONG na América Latina, que visa aumentar a visibilidade do trabalho, que já desenvolvem há trinta anos, acerca das violações cometidas contra jornalistas e comunicadores.

Em julho, foi a vez da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso) transferir seu escritório do Rio, que funciona no prédio da Uerj, para uma sala na sede do Ibase. A mudança foi motivada pelas condições precárias pelas quais passa a universidade – com a falência declarada do estado, não há equipes de limpeza, às vezes falta água, às vezes não tem elevador – e pela interdição da Uerj durante os Jogos Olímpicos. Assim, a equipe, responsável pela secretaria acadêmica da instituição, ficará abrigada no Ibase até o fim do ano.

Ambas as organizações estão funcionando na sede do Ibase, na Rua Senador Dantas 40, no centro do Rio de Janeiro. Sejam todxs muito bem-vindxs!



*Saiba mais sobre
o Repórteres
sem Fronteiras*



*Saiba mais
sobre a Flacso*

ibase.
ahat